



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS LOCAIS

JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS AMARO

REUNI - UM PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE EXPANSÃO
E REESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS FEDERAIS: O CASO DA UFS

SÃO CRISTÓVÃO
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE EMPREENDIMENTOS LOCAIS

JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS AMARO

REUNI - PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE EXPANSÃO
E REESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS FEDERAIS: O CASO DA UFS

SÃO CRISTÓVÃO
2015

JÚLIO CESAR DOS SANTOS AMARO

REUNI - UM PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE EXPANSÃO
E REESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS FEDERAIS: O CASO DA UFS

Dissertação apresentada ao Programada de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia. Linha de pesquisa Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais.

Orientadora:
Prof. Dr. Fernanda Esperidião

SÃO CRISTÓVÃO
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA PROFISSIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

MESTRANDO(A): JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS AMARO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "REUNI – Um Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Públicas Federais: o caso da UFS"

DATA DA DEFESA: dia 05 de agosto de 2015

EXAMINADORES:

1. Profa. Dra. Fernanda Esperidião (Orientadora)
PROPEC/Universidade Federal de Sergipe
2. Profa. Dra. Verlane Aragão Santos (Examinadora interna)
PROPEC/Universidade Federal de Sergipe
3. Profa. Dra. Elza Ferreira Santos (Examinadora Externa ao Programa)
IFS/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

PARECER COMPREENSIVO:

Depois de avaliarmos a dissertação intitulada: "REUNI – Um Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Públicas Federais: o caso da UFS", depositada no curso de mestrado deste Programa de Pós-Graduação, e a nós submetida para exame, e depois de realizados os ritos acadêmicos da defesa da dissertação, em que o candidato apresentou em sessão pública sua pesquisa e respondeu às nossas observações críticas, nós, os examinadores, decidimos, em sessão privada, que o candidato foi () aprovado / () reprovado no exame compreensivo de dissertação a que se submeteu em conformidade com os regulamentos deste Programa.

Profa. Dra. Fernanda Esperidião

Profa. Dra. Verlane Aragão Santos

Profa. Dra. Elza Ferreira Santos

Júlio César dos Santos Amaro

São Cristóvão, 05 de agosto de 2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Amaro, Júlio Cesar dos Santos

A485r REUNI – um programa de apoio a planos de expansão e reestruturação das universidades públicas federais : o caso da UFS / Júlio Cesar dos Santos Amaro ; orientadora Fernanda Esperidião. – Aracaju, 2015.

123 f. : il.

Dissertação (mestrado em Economia) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Economia regional. 2. Ensino superior e Estado. 3. Reforma universitária. 4. Democratização da educação. I. Universidade Federal de Sergipe. II. Esperidião, Fernanda, orient. III. Título.

CDU 332:378.4(813.7)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de reconhecer o poder da boa energia lançada por aqueles que fazem parte das nossas vidas, que nos ajuda a seguir em frente, ao ponto de se tornarem parte das nossas conquistas e, a até mesmo, das nossas vidas, contribuindo para que nos tornemos pessoas vitoriosas. A essas pessoas, consideradas de grande valia para a minha vida e que, de formara direta ou indireta, contribuíram e contribuem para as minhas realizações não tenho palavras para agradecer. Porém, vou usar da simplicidade para dizer a cada um de vocês, o meu muito obrigado!

Quero agradecer em especial:

A Jesus Cristo, por ser o meu companheiro de todas as horas e batalhas, me dando forças e me amparando nos momentos de fraquezas.

Ao meu amigo/irmão Valdemar Costa Neto, que muito me ajudou com sua paciência, dedicação e boa vontade. Tirando minhas dúvidas, me orientado e, principalmente, pelo tempo despendido em cada ação esboçada para esse projeto.

A minha Orientadora, Professora Fernanda, que tenho extrema admiração pela atenção mais que especial quem vem me dado nesses últimos 02 anos, pelos ensinamentos, e por acreditar e apostar no meu potencial.

Aos meus pais, minha mãe Selma e meu pai Cicero Amaro, por serem guerreiros e me ensinarem a lutar pelos meus objetivos desde cedo e estarem sempre ao meu lado mesmo que inconscientemente, me apoiando em todos os meus projetos.

A minhas irmãs, Tatiane e Thais Amaro e a toda minha família que assim como meus pais também me apoiam em meus empreendimentos e que me servem de refúgio para os momentos alegres e também para me dar forças nos momentos difíceis da vida.

A minha amiga Dulce, pela força, apoio e dedicação prestados durante toda essa minha trajetória.

Aminha amiga e prima, Jôse Cristina, minha prima e comadre que mesmo estando distante, muita das vezes, sempre me apoiou nas minhas conquistas.

Ao meu amigo, Wendson Leite, por me incentivar e acreditar na minha capacidade.

Aos meus amigos Elielson, Adriano e Ubiramar, por todo o apoio, carinho e pela dedicação em momentos importantes da minha vida,

A Dona Maria, Dona Hilda e Maria Auxiliadora por tudo que tem feito por mim, durante essa minha jornada e por ter me dado força.

Aos meus amigos(a), Gardênia, Ana Rúbia, Ana Paula, Alda Maria, Priscilla, Bruno, Brunio, João Oliveira, Sergio Mateus, Cleiton, Derian, Sharlene, Ana Miriam, Sr Antônio, João Oliveira, Josenaldo e Eduardo.

A Professora Dr^a Verlane Aragão Santos, pela colaboração, orientação e apoio na composição da minha banca de qualificação e de defesa do mestrado.

A Professora Dr^a Elza Ferreira Santos, por aceitar o convite em participar fazer parte desse momento de grande importância para minha vida.

A Todos os professora e profissionais que do NUPEC/UFS pela contribuição direta e durante na consagração desse projeto.

Aos meus colegas de sala de aula do curso de Mestrado em Economia, pelas alegrias, forças, compartilhamento de informações e pela parceria durante esses dois anos em que passamos juntos.

Aos meus inimigos, que através de suas críticas construtivas ou não, me faz cada dia mais, melhorar como pessoa.

A finalmente, como forma de citar aqueles que não tiveram os nomes grafados nas linhas anteriores por esquecimento eu quero agradecer também. Muito obrigado.

*É importante lutar, e recomeçar a lutar, e
continuar a lutar, porque somente assim o
mal poderá ser acuado, embora jamais
erradicado.*

J.K ROWLING por Alvo Dumbledore.

REUNI - UM PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE EXPANSÃO
E REESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS FEDERAIS: O CASO DA UFS

Júlio César dos Santos Amaro¹

RESUMO

Aborda o ensino superior no Brasil. O tema principal versa sobre o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Públicas Federais - REUNI. A pesquisa tem como questão norteadora a implementação do REUNI na Universidade Federal de Sergipe, objetivando fazer uma análise do processo histórico da educação superior no Brasil através do estudo das políticas adotadas pelos governos durante essa trajetória histórica no setor educacional e a forma como se deu a adesão da UFS ao REUNI no período de 2007 a 2012. Utilizando-se do método de pesquisa bibliográfico, através do qual, chegou aos resultados que subsidiou demonstrar que os objetivos e metas pactuados entre o MEC e a UFS para aderência ao REUNI foram atingidos no que se refere a melhorias na infraestrutura, aumento do número de vagas, aumento do número de matrículas e da relação aluno professor de 18/01, porém não consegue-se provar, se houve elevação gradual da taxa de conclusão; se houve interação entre os diferentes níveis de ensino e se a permanência foi assegurada.

Palavras-Chaves: Ensino Superior. Reestruturação. Democratização do Ensino.

ABSTRACT

Discusses higher education in Brazil. The main theme deals with the Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais - REUNI. The research is guiding question the implementation of REUNI the Federal University of Sergipe, in order to analyze the historical process of higher education in Brazil by studying the policies adopted by governments during this historical trajectory in the education sector and how has the membership of the UFS to REUNI from 2007 to 2012. Using the bibliographic research method, through which came the results that subsidized demonstrate that the objectives and targets agreed between MEC and the UFS for adherence to REUNI were achieved in referred to improvements in infrastructure, increase the number of vacancies, increased enrollment and student teacher ratio 18/01, but can not be proved, if there was a gradual increase in completion rate; if there was interaction between the different levels of education and the stay was secured.

¹ Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: amarojulio@ig.com.br

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BI	Bacharelado Interdisciplinar
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARS	Centro Acadêmico Silvio Romero
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplica
CECH	Centro de Educação e Ciências Humanas
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONEP	Conselho de Ensino e Pesquisa
CONEPE	Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão da Universidade Federal de Sergipe.
CONSU	Conselho Superior
CVV	Coordenação de Concurso Vestibular
EAD	Educação a Distância
ECIB	Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira
EDUTEC	Programa Governamental de Educação Técnica
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDESCOLA	Fundo de Fortalecimento da Escola
GATT	Acordo Geral de Tarifas Alfandegárias e Comercio
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura

NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.
NUPEG	Centro de Excelência em Petróleo, Gás e Biocombustíveis
NUPEG	Núcleos de Graduação e de Pós-graduação
OECD	Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento
ONU	Organizações das Nacionais Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAA	Programa de Ações Afirmativas
PBQP	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PCI	Programa de Capacitação da Indústria
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTA	Programa de Desenvolvimento da Indústria e da Agropecuária
PDTI	Programa de Desenvolvimento da Indústria
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREMESU	Programa de Expansão e Melhoria das Instituições de Ensino Superior
RAP	Relação Aluno Professor
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Expansão e Restruturação das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Educação Superior
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das nações unidas para a Educação, a ciência e a Cultura
UNICEF	Fundos das Nações Unidas para a Infância
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
URSS	União da Republicas Socialista Soviéticas
USA	Estados Unidos da América

USAID

Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados
Unidos

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 -	Número de instituições de ensino superior – Brasil – 1996/2009	28
Tabela 2 -	Número de vagas nos cursos de graduação por período – Brasil - 2008	79
Tabela 3 -	Bolsas de Assistência ao Ensino Concedidas – Universidades – Brasil – 2008	80
Tabela 4 -	Número de obras do Reuni no exercício de 2008	81
Tabela 5 -	Número de Docentes (Efetivos, Substitutos e Visitantes) nas Universidades Federais – Brasil – 2006/2012.	82
Tabela 6 -	Tabela 6 - Número de Técnicos Administrativos nas Universidades Federais – BRASIL – 2006/2012	83
Tabela 7 -	Recursos destinados pelo MEC para execução do REUNI/UFS – 2007/2012	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de Matrículas no Ensino Superior - Universidades públicas e privadas – Brasil – 2013	60
Gráfico 2	Espaço para Atividade de Ensino – UFS – 2004/2011	98
Gráfico 3	Acervo Bibliográfico – UFS – 2004/2012	99
Gráfico 4	Número de cursos no ensino presencial – UFS – 2004/2012	100
Gráfico 5	Número vagas presenciais disponíveis na UFS – UFS – 2004/2012.	103
Gráfico 6	Número vagas presenciais disponíveis na UFS – UFS – 2004/2012	104

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01	Universidades que aderiram ao REUNI - Primeira chamada- 2007	77
Quadro 02	Universidades que aderiram ao REUNI - Segunda chamada - 2007 - Brasil – 2008	78
Quadro 03	Campi e Municípios atendidos – Universidades Federais – BRASIL – 2012	82
Quadro 4	Relação de cursos e departamentos do Campus Laranjeiras – UFS – BRASIL – 2008	98
Quadro 5	Novos cursos por campus – UFS – 2006/2012	101

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Hospital Universitário – Universidade Federal de Sergipe – 2015	89
Imagem 2 -	Didática II do Campus da Saúde – UFS – BRASIL	89
Imagem 3 -	Rádio UFS - Inaugurada em 28/09/2007 – UFS – BRASIL	90
Imagem 4 -	Centro de Vivência – UFS – BRASIL	91
Imagem 5 -	Prédio da Didática 5 inaugurado em 16/05/2008 – UFS	95
Imagem 6 -	Prédio da Didática VI inaugurado em 15/08/2011 - UFS	95
Imagem 7 -	Prédio da Centro de Ciências Sociais Aplicadas inaugurado em 22/11/2011 - UFS	96

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O NEOLIBERALISMO E SUA INFLUÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA....	17
2.1	O Neoliberalismo e seus desdobramentos	17
2.2	CONSENSO DE WASHINGTON	20
2.3	A Reforma do Aparelho do Estado e sua influência para o Setor Educacional.....	22
2.4	Intervenções do Estado e dos Organismos Internacionais na Educação Brasileira	27
3	O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ACIRRAMENTO, DA COMPETITIVIDADE E EM TERMOS DA INOVAÇÃO E DO CONHECIMENTO.....	33
3.1	Tendências e Desafios.....	33
3.2	Tecnologia e Inovação para a Competitividade	34
3.3	Conceitos de Inovação.....	40
3.4	Tecnologia e Inovação: Reflexos na Educação	43
3.5	Inovações Educacionais e Inovações do Ensino Superior	45
4	O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL	52
4.1	Evolução Histórica da Criação das Universidades.....	52
4.2	A Reestruturação Capitalista e a Expansão do Ensino Superior	56
4.3	A qualidade do ensino superior.....	59
5	O PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS	63
5.1	Encontros Internacionais e sua Influência para o REUNI	63
5.2	REUNI: da estratégia governamental à criação do programa, seus objetivos e metas	67
5.3	REUNI e suas diretrizes.....	70

5.4 REUNI e suas dimensões	71
5.5 O Primeiro Ano do REUNI	75
5.5.1 Aumento no Quantitativo das Universidades.....	77
5.5.2 Relação Aluno Professor (RAP)	79
5.6 Críticas ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	79
5.7 O REUNI na UFS	82
5.7.1 A Universidade Federal De Sergipe e o REUNI	82
5.7.2 A Extensão da UFS	85
5.7.3 Plano de Expansão	86
5.7.4 A Influência do REUNI Na UFS	90
5.7.5 A Interiorização do Crescimento	95
5.7.6 A Instalação do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho - Itabaiana.....	95
5.7.7 Criação do Campus de Laranjeiras	96
5.7.8 Os Resultados da Expansão	98
5.7.9 Crescimento da Graduação.....	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

Objetivando criar melhores condições humanas e materiais para as Universidades Federais, foi criado em 24 de abril de 2007, através do Decreto nº 6.096, o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais no Brasil, o qual popularmente viria a ser conhecido como REUNI.

Este trabalho terá por sustentação o estudo da educação superior pública no Brasil através da ótica do REUNI, seus objetivos, contribuições, dificuldades de implantação e alcance, e especificamente a reestruturação das Universidades Públicas no país, tanto na ótica humana quanto na material.

Como dito, o REUNI fora instituído pelo decreto nº 6.096/07 e teria prazo de cinco anos de duração de 2007 a 2012, constituído por metas que diziam respeito à elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, elevação gradual da relação aluno/professor para 18 (dezoito) alunos para 01 (um) professor e aumento mínimo de 20% das matrículas de graduação.

Ressalta-se, então, que o programa está contido no universo das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE) tendo em vista o papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social do país e nasce em resposta às pressões sociais por aumento de vagas e a extrema necessidade em expandir e atualizar pesquisas. Até a implementação do REUNI, os cursos de graduação eram orientados praticamente para a formação profissional e, mesmo aqueles que não tinham esse objetivo, como os bacharelados em áreas básicas como, por exemplo, Administração, Direito e Engenharia, mantiveram currículos concentrados, sem abertura para outras áreas do conhecimento, uma vez que a aprovação de propostas curriculares inovadoras enfrentou desafios por conta de sua incompatibilidade com as regras de classificação, organização e oferecimento de componentes acadêmicos.

Com o intuito de compreender toda a trajetória do programa, serão analisados também os papéis desenvolvidos pelos agentes atuantes no REUNI de forma direta e indireta, a saber: governo, professores, alunos, além de

aspectos como os espaços físicos das universidades. Surge, então, a necessidade de uma política de inclusão e assistência estudantil que tenha como objetivo a igualdade de oportunidades, uma vez que a democratização do acesso e a sua permanência devem ser compreendidas como um dos principais objetivos do ensino público. Será feito um apanhado sobre a trajetória histórica da universidade pública brasileira. Abordar-se-ão também questões voltadas ao REUNI, seus objetivos, metas, resistências, falhas e, sobretudo analisar suas contribuições para o ensino superior público.

Numa abordagem macro, a ideia desse estudo se deu através de observações acerca das dificuldades enfrentadas pela educação pública superior brasileira, já numa análise microeconômica, a ideia se volta a análise de qual o impacto que o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) teve na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A problematização fundamenta-se na proposição de que o ensino superior público tem sido alvo de diversas críticas ao longo do tempo, sendo considerado, inclusive, como uma forma de exclusão social, uma vez que algumas das maiores críticas recebidas, dizem respeito ao fato de que as classes sociais menos favorecidas não têm as mesmas chances que os indivíduos socialmente mais privilegiados.

Sendo assim, algumas políticas educacionais têm sido adotadas com o intuito de solucionar os problemas ligados à educação superior. Mas a questão é: será realmente que a implementação dos programas de expansão conseguem de fato resolver os problemas que tomam conta do ensino público?

Através das análises realizadas acerca da implantação do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal de Sergipe, objetivamos constatar se a Universidade Federal de Sergipe está cumprindo com as metas estabelecidas pelo MEC para o REUNI.

No que compete à metodologia há de ser salientado que a pesquisa é tida como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo nos suprir de respostas aos problemas abordados. Essa prática de pesquisar é suscitada quando essas informações acerca de determinado assunto não estão disponíveis com clareza e abrangência para solucionar essas dificuldades

apresentadas, existem casos em que os problemas até possuem informações a respeito, porém, de forma desordenada que não possa solucionar a controvérsia de forma adequada e precisa.

O método aqui utilizado será o bibliográfico, ou seja, teremos como base materiais que já foram publicados a respeito do tema, assim como também sítios eletrônicos e demais materiais disponíveis a respeito. Além do caráter bibliográfico, de grande relevante para na nossa pesquisa, adotaremos ainda o método científico dedutivo que segundo Lakatos; Marconi (2010) tem o propósito de explicar se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão será então verdadeira e já estava pelo menos implicitamente nas premissas e assim, contribuir para que de fato o objetivo proposto pela pesquisa seja alcançado, bem como demonstrar e analisar a atuação do REUNI na Universidade Federal de Sergipe, a fim de que se comprove o cumprimento das metas estabelecidas pelo referido programa.

Além desta introdução, esta dissertação está dividida em mais quatro capítulos. O primeiro capítulo faz uma revisão teórica do neoliberalismo e suas contribuições no Brasil. O segundo capítulo aborda o papel da educação e da inovação tecnológica. O capítulo seguinte apresenta o surgimento das Universidades e a proposta do Programa de Apoio a planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – REUNI. O capítulo quatro analise a implementação do Programa de Apoio na Universidade Federal de Sergipe. E, por fim, apresentam-se as conclusões a respeito do tema proposto.

Serão abordadas as influências do neoliberalismo; a intervenção de organismos internacionais; a qualidade do ensino nessas instituições; o surgimento das universidades no Brasil; o papel da educação no contexto das inovações tecnológicas aplicadas ao ensino e, logo adiante, o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – REUNI tendo como foco principal a Universidade Federal de Sergipe no período entre 2007 e 2012.

2 O NEOLIBERALISMO E SUA INFLUÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O presente capítulo faz uma análise histórica da constituição do neoliberalismo em sua trajetória objetivando compreender sua influência para a formação político-social brasileira, principalmente no que se refere às políticas educacionais e sociais do Brasil.

2.1 O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS

De acordo com o site Sua Pesquisa (2015), o neoliberalismo é definido como um conjunto de ideias políticas e econômicas, sistema esse que tem como principal premissa a não intervenção do estado na economia. De acordo com que prega o capitalismo, deve haver o livre mercado, ou seja, total liberdade de comércio onde o indivíduo tem mais importância do que o Estado, e quanto menor a participação do Estado maior é o poder das pessoas e mais rápido esses indivíduos progridem e se desenvolvem fazendo com que, dessa forma, o crescimento econômico e social do país seja garantido.

Já sob a ótica de Anderson (1996, p. 56):

O neoliberalismo é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Este é um movimento ainda inacabado[...]. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um domínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.

Esse movimento intelectual defendido através das palavras de P. Anderson encaixa-se nos parâmetros da escola monetarista² de Milton Friedman, a qual relaciona às principais características do neoliberalismo que

² Monetarismo é uma teoria econômica que defende que é possível manter a estabilidade de uma economia capitalista através de instrumentos monetários, pelo controle do volume de moeda disponível e de outros meios de pagamento. Foi a principal teoria de oposição ao keynesianismo. Disponível em <http://www.ebah.com.br/> escrito por: Bruna Gonzaga.

são: a mínima participação estatal nos rumos da economia de um país, pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, política de privatização das estatais, livre circulação de capitais internacionais com ênfase na globalização, abertura da economia para a entrada de multinacionais, adoção de medidas contra protecionismo econômico, desburocratização do Estado: leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas, aumento da produção como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico dentre outras características como, por exemplo, a base da economia ser sustentada na iniciativa privada (SUA PESQUISA, 2015).

Assim como todo e qualquer sistema político, o neoliberalismo apresenta alguns pontos positivos e críticas na sua concepção, Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman, acreditam que este sistema é capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico e social de um país. Defendem também que os pressupostos neoliberais deixam a economia mais competitiva, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e, através da livre concorrência, faz a inflação e os preços caírem.

Os primeiros sinais das políticas do neoliberalismo foram desencadeados por Augusto Pinochet no Chile no período entre 1973 e 1990, porém essas ideias, que desaguariam no neoliberalismo da década de 1970, já vinham ganhando força a partir de movimentos e processos que ficaram marcados na história da humanidade, a exemplo da Segunda Guerra Mundial; o processo revolucionário russo de 1917; a queda da bolsa valores de Nova York de 1929; o modo de produção desenvolvido por Henry Ford, o Fordismo³ e a criação da Organização Internacional do Trabalho. Esses acontecimentos históricos, de certa forma, contribuíram para o prenúncio das políticas sociais compreendidas como ações voltadas aos que possuíam possibilidades econômicas desfavoráveis, e acabaram onerando o aparelho do Estado de tal forma que fora necessário o surgimento de um novo sistema econômico, o próprio Capitalismo.

Assim como no Chile, demais governos da América Latina também aderiram ao sistema neoliberal e implementaram em seus países essa política

³ Fordismo é o nome dado ao modelo de produção automobilística em massa, instituído pelo norte-americano Henry Ford. Esse método consistia em aumentar a produção através do aumento de eficiência e baixar o preço do produto, resultando no aumento das vendas que por sua vez, iria permitir manter preço baixo no produto. (SANTOS, 2015)

chegando ao México com Salinas, na Argentina com Menem, na Venezuela com Carlos André Pérez e no Peru com Fujimori (MARIANI, 2007).

No contexto europeu, a Inglaterra foi o primeiro país do centro do capitalismo a dar os primeiros passos rumo ao neoliberalismo através do governo de Margaret Thatcher em 1979. Para Wallerstein (2004), Thatcher aderiu ao neoliberalismo beneficiando as classes superiores e não se preocupou com as classes menos favorecidas.

As ações de Thatcher foram: contração de emissão de moeda; elevação da taxa de juros; redução considerável dos impostos sobre os rendimentos altos; abolição do controle sobre os fluxos financeiros; criação de níveis de desemprego massivos; imposição de uma legislação anti-sindical; corte dos gastos sociais; lançamento de um amplo programa de privatização que atingiu a habitação pública, a indústria de álcool, a indústria de aço, o setor elétrico, a produção de petróleo, a produção de gás e o fornecimento de água. (CREMONENSE, 2001 apud MARIANI, 2007 p. 02)

Já outros países da Europa não tiveram a mesma facilidade em implementar as ideias neoliberais em seus governos, a exemplo da Alemanha, Espanha, França e Itália que foram cenários de muitas resistências por parte de movimentos populares principalmente dos sindicatos que não queriam abrir mão dos direitos, até então, já adquiridos.

Nos Estados Unidos, o neoliberalismo teve sua fase inicial através de Ronald Reagan, com a vitória desse governante o neoliberalismo passou a ser uma doutrina oficial da política econômica do governo dos Estados Unidos, doutrina essa que perdurou durante toda a década de 1980.

Assim como Margaret Thatcher na Inglaterra Ronald Reagan adotou algumas medidas neoliberais em seu governo tais como:

elevação da taxa de juros e redução dos impostos dos ricos. No entanto não adotou outra medida da cartilha neoliberal, o controle orçamentário. Gastou muito dinheiro numa corrida armamentista sem precedentes com a URSS, levando os USA ao maior déficit público da sua história. Dessa forma, a maior economia do mundo e transformou de principal credor do planeta em primeiro devedor do universo. (ARANTES, 1999, p.8).

No Brasil, as ideias neoliberais chegaram ao país ainda no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), ganhando força nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002).

De acordo com Saviani (1996) esses dois governantes - Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso - possuíam características neoliberais e uma política educativa incoerente, com igualdade no discurso sobre a importância da educação, mas na prática, o que se via era uma falta de compromisso por parte do Estado para com o setor educacional destacando-se um papel crescente da iniciativa privada e das organizações não governamentais.

2.2 CONSENSO DE WASHINGTON

Motivados principalmente pela miséria causada, sobretudo pelo endividamento externo, esse por sua vez, vestígio dos problemas deixados pelo liberalismo, reunidos em Washington na capital dos Estados Unidos em 1989, funcionários do governo daquele país, teóricos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional – FMI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID deram origem a uma articulação que tinha como principal foco um método de implementar e difundir em vários países de forma programada as ideias do neoliberalismo; essa articulação passaria a ser conhecida como Consenso de Washington.

A intenção maior desse evento era unificar os pressupostos neoliberais para aquelas agências e organismos internacionais. As informações seriam transmitidas com maior vigor, uniformidade e seria absorvida pela fatia maior da elite econômica intelectual dominante da região como sinônimo de modernidade.

A partir do Consenso de Washington, os moldes do FMI (Fundo Monetário Internacional), passaram a fazer parte dos discursos da maioria dos países periféricos, assim como as reformas de cunho comerciais liberalizantes, recomendadas pelo Banco Mundial deveriam ser desenvolvidas na prática como meio de continuar recebendo o financiamento para obras sociais, medidas essas que foram adotadas no governo de Fernando Collor e contribuíram para as reformas constitucionais defendidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso para viabilizar seu plano de estabilidade econômica conhecido popularmente como plano real.

As conclusões do consenso de Washington foram: disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; focalização dos gastos públicos em

educação, saúde e infraestrutura; Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos diretos; Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuarem, em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; Taxa de câmbio competitiva; Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulo a exportação, visando impulsionar a globalização da economia; Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; privatizações com a venda de empresas estatais; Desregulação, com redução da legislação, com o controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e prosperidade intelectual. (NEGRÃO apud MARIANI, 2007, p. 06).

Algumas características contribuíram fundamentalmente para a implementação do neoliberalismo tais como: o individualismo⁴, a dificuldade de organização e forma de articulação dos movimentos e partidos populares, a falta de credibilidade em boa parte dos partidos políticos dentre outros aspectos que facilitaram e deram sustentabilidade à implantação da política neoliberal (MARIANI, 2007)

Pelas ideias neoliberais, o setor público deixaria de ser executor de certas atividades e passaria a ser apenas subsidiário e regulador desses serviços, nesse campo de atuação estaria figurando, por exemplo, os serviços de Saúde, Cultura e principalmente o de Educação com destaque para o ensino superior, da mesma forma, a produção de ciência e de tecnologia constituindo o setor público não estatal.

O Japão, conforme disseminava Fernandes apud Oliveira (2010, p. 16)

[...]não era uma “nação avançada” - dentro dos padrões ocidentais - quando desencadeou ou intensificou seu processo de modernização autorregulada. Combinando importação de teoria, pesquisa científica e tecnológica com autonomia relativa de desenvolvimento chegou à condição hegemônica que hoje ocupa. Nós preferimos ficar com os restos do banquete e sofrer uma pilhagem sistemática contínua e crescente. Dissociamos a “capacitação tecnológica” do pensamento inventivo, gerado pela universidade, convertendo-a em apêndice do polo industrial [...].

O resultado dessa política neoliberalista é a transformação do Estado numa estrutura totalmente burocrática, recheada de privilégios responsáveis

⁴ Teoria que sustenta a preferência do direito individual ao coletivo.

quase que em sua totalidade pela miséria dos países e pelo endividamento do setor público e privado, não se atentando para o bem-estar da população.

2.3 A Reforma do Aparelho do Estado e Sua Influência Para o Setor Educacional

O Estado passou por uma reforma na década de 1990, impondo uma nova forma de gestão na educação, através do processo de descentralização das ações, transferindo maior compromisso e autonomia à sociedade e em especial à comunidade escolar.

Partiremos da crise do capitalismo e da reforma do Estado e seus desdobramentos para a reforma educacional no tocante aos processos de descentralização e municipalização do ensino público na qual está inserida a legislação da educação e as ações de governo do período atual, como o PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação, que garante o regime de interação e colaboração entre os sistemas federal, estadual e municipal de ensino, dentre as ações prioritárias está a inserção do país no nível dos países com bons índices educacionais.

Diante dos desafios, advindos com a globalização, a gestão educacional, vista de forma mais aproximada no contexto brasileiro, passa a ser percebida como possibilidade de maior participação e de integração para o desenvolvimento de um projeto sustentável para o país.

Ao adentrar nesta seara, suscitaremos alguns levantamentos que questionam a eficiência e a eficácia dessas ações, na medida em que partiremos de um conceito basilar neoliberal sem considerar as diferenças regionais na aplicação de tais políticas.

As mudanças ou reformas no modelo do Estado, a partir dos princípios neoliberais são decorrentes das mudanças na base produtiva ao passo em que no modelo de produção fordista necessita de uma base estatal forte na economia, caracterizada pelo estado de Bem-Estar Social, no Toyotismo a regulação econômica é realizada pelo próprio mercado, com redução considerável da atuação do Estado, o qual deve distribuir suas funções para o mercado e sociedade civil através da descentralização, garantindo que o capital fluísse de forma livre.

Estas transformações trouxeram inúmeras implicações para as políticas econômicas nacionais, sendo o principal alvo da proposta neoliberal, passando então a guiar-se por certas exigências e orientações. As economias nacionais passam a abrir-se ao mercado mundial e os preços devem adequar-se aos preços internacionais. A economia de exportação passa a ser prioridade e as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública. (SANTOS, 2005, p. 29).

Em meio a essas transformações, o Estado deve ter seus setores empresariais privatizados, reduzindo assim a regulação estatal da economia, assim como também, o peso das políticas sociais no orçamento deste, logo, segundo Harvey (2008, p. 17), o estado neoliberal consiste no “aparelho de estado cuja missão fundamental é criar condições favoráveis à acumulação lucrativa de capital pelos capitalistas”. Diante desta política econômica global, os estados nacionais são obrigados a transformar sua estrutura de ação.

No Brasil, conforme Peroni (2006), a reforma do Estado partiu do princípio de que a crise estava na máquina estatal e não no próprio sistema capitalista evidenciando que há inércia ou morosidade do ente público em resolver os problemas de escala econômica, sendo ele mesmo o causador deste desequilíbrio quando investe em políticas sociais que acabam não tendo uma boa produtividade.

O trabalho de reestruturação das políticas públicas na área educacional do Brasil passou por um momento histórico a partir da própria reestruturação do Estado. Nessa fase, as políticas públicas são afetadas diretamente pela interferência destas contradições, uma vez que o Estado não se encontrava apenas sob a atuação dos governos nacionais, mas está inserido dentro de uma atuação de governo mais abrangente.

Aliado a isso, não só a economia passa a ser determinada globalmente, mas as proposições para as diferentes esferas da sociedade, dentre elas a educação – uma vez que, para o neoliberalismo, a educação cumpre um papel estratégico no desenvolvimento da economia, através da produção do “Capital Humano”. (OLIVEIRA; DABRACH, 2009, p. 3)

Dessa forma, a administração da educação brasileira passa a ser concebida com o intuito de possibilitar um novo modelo de gestão, de acordo com as mais atuais exigências globais.

Fazendo uma reflexão a partir de acontecimentos históricos, mas que casam perfeitamente com esse momento de reformas do aparelho do estado, principalmente quando se trata das questões voltadas para a educação, percebemos que, de uma forma ou de outra, essas reformas aconteceriam e que o setor educacional necessitou de tais acontecimentos para poder tomar o rumo atual.

A respeito disso em 1932, houve o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, um ato escrito durante o governo de Getúlio Vargas e que consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista educacional e que resultou no rompimento entre os grupos dos renovados e o grupo dos católicos o qual em 1933, fundou sua própria associação.

Outro fato que merece destaque é o período considerado como a Era Vargas⁵, época consolidada através de reformas parciais sem ao menos ter um plano nacional de educação como os Escolanovistas⁶, que defendiam no manifesto de 1932, tanto o ministro Francisco Campos, através dos decretos de 1931 e o de 1932, quanto Gustavo Capanema, através das Leis Orgânicas iniciadas em 1942, trataram em parte das questões educacionais.

A partir de 1946, no Governo Dutra, que a Constituição Federal determinava que a União deveria ter a competência de “fixar as diretrizes e bases da educação nacional”, possibilitando, portanto, em 1961, a promulgação da primeira LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024/61), e mesmo com esses mecanismos normativos, as mudanças não foram suficientes, pois não atenderam ao país como um todo.

De 1961 até a Constituição de 1988 pouca coisa foi alterada na LDB, somente em 1996 o debate sobre a nova lei foi concluído. A LDB atual (Lei 9.394/96) foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e

⁵ Para Infoescola (2015), a Era Vargas, que teve início com a Revolução de 1930 e expulsou do poder a oligarquia cafeeira, ramifica-se em três momentos: o Governo Provisório -1930-1934 -, o Governo Constitucional - 1934-1937 - e o Estado Novo - 1937-1945. Durante o Governo Provisório, o presidente Getúlio Vargas deu início ao processo de centralização do poder, eliminou os órgãos legislativos - federal, estadual e municipal -, designando representantes do governo para assumir o controle dos estados, e obstruiu o conjunto de leis que regiam a nação.

⁶ Movimento de renovação do ensino que iniciou no final do século XIX e ganhou força no começo do século XX.

pelo ministro da educação Paulo Renato. Baseada no princípio do direito universal à educação para todos. A LDB de 1996 trouxe mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica.

Voltando-se para o setor educacional a partir da reforma do aparelho do estado acometida no governo de FHC, nota-se o sucateamento evidente do ensino público e das instituições públicas, principalmente no que diz respeito à pesquisa, fato justificado através da ênfase que foi dada na educação básica restringida apenas na universalização do ensino fundamental, promovida naquele governo, e que apesar de considerável esforço no atendimento em termos de quantidade, a qualidade da educação pública continuava baixa.

Esse nível de ensino ainda continua a desejar; no que se refere às necessidades socioeconômicas, o fato é que está comprovado pelo alto número de repetição, um reflexo direto da má qualidade do ensino público e da falta dos recursos escolares, sejam eles, de estrutura física e até mesmo no quadro de professores.

O horizonte das lutas no campo educacional deve ser a universalidade do bem-estar social em todos os níveis. No caso do ensino superior, isso se expressa na possibilidade de acesso de um público cada vez mais amplo a uma educação de qualidade social referenciada que justifique sua gratuidade. No caso da educação básica o referencial deve ser o investimento maciço – acompanhado de técnicas nacionais de funcionamento e gestão – para o atendimento qualitativo da massa populacional, que tem na escola pública sua única possibilidade de acesso aos bens sociais. Por fim, vale ressaltar que em todos os níveis deve prevalecer o império do espírito público, condição fundamental para a existência do pluralismo de ideias com possibilidade de consolidação dos ideais democráticos. (OLIVEIRA, 2010, p. 111).

Com relação à educação superior, identifica-se uma resposta a reforma da educação ocorrida em 1960. A contrarreforma revista a partir de um caráter contraditório que une, a um só tempo, marcas da permanência e da mudança. O acentuado acesso da classe trabalhadora às universidades é consequência desse nível de ensino, principalmente pela descaracterização da Universidade e da educação superior tornando esses institutos em espaços de produção de conhecimento técnico-científico, ou seja, a educação como um diferencial de

classe é condição das mudanças a serem inseridas nos sistemas de ensino no tocante à sua ampliação.

[...] nesse sentido a reforma aparece como uma das expressões das tensões estruturais do capitalismo e das atuais tentativas da classe hegemônica de reconstruir sua capacidade de convencimento, na ocasião de fundamento e refinamento de diversas formas de opressão sobre os trabalhadores, com a intenção de consolidar uma nova forma de sociedade do capital (CÊA, 2006, p.45).

Nesse cenário de reformas e de privatizações intensas, houve destaque para a necessidade de ampliação do acesso da população brasileira ao ensino superior que apresentava um quadro bastante excludente, já que, somente 24,3% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos tiveram acesso ao ensino superior no Brasil até 2009 (RELATÓRIO DE PRIMEIRO ANO DO REUNI, 208)

Ao passo em que ao estudarmos a expansão do ensino superior no Brasil levando em consideração as IES - Instituições de Ensino Superior, os dados do censo educacional nos mostra a disparidade entre o crescimento das instituições privadas em comparação às públicas onde os dados daquelas aparecem bem mais expressivos em comparação aos destas deixando claro o aprofundamento da política de privatizações adotada pelos governos brasileiros no período conhecido como pós LDB - Lei de Diretrizes Básicas da Educação.

Tabela 1 – Número de instituições de ensino superior – Brasil – 1996/2009

INSTITUIÇÕES	ANO	
	1996	2009
PÚBLICAS	211 (22,9%)	245 – (10,6%)
PRIVADAS	711 (77,1%)	2.069 (89,4%)
TOTAL	922 (100%)	2.314 (100%)

Fonte: Relatório do Primeiro Ano do Reuni (MEC, 2008)

O crescimento das instituições de ensino superior foi de 151%, enquanto as públicas cresceram 16,1% e as privadas 191%. Fica evidenciado que a política governamental adotada no país era a de expansão do setor privado da educação superior e o encolhimento do setor público demonstrando também o grande potencial lucrativo advindo dos serviços educacionais.

2.4 INTERVENÇÕES DO ESTADO E DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Na constituição de políticas educacionais do Brasil houve intervenção tanto do Estado como também dos organismos internacionais a exemplo do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional), instituições especializadas em desenvolvimento de países em ascensão.

A gama de reformas impostas por essas instituições é condicionada pela consecução de recursos de diversas ordens. Como aporte financeiro para superar o déficit público e estabilizar a economia, tanto o FMI quanto o Banco Mundial, defendem a redução dos custos, o aumento da competitividade e a formação de recursos humanos mais produtivos e competitivos.

A ideia central presente nas reformas educacionais em consonância com esses organismos internacionais nas décadas de 1980 e 1990, é que o sistema de educação do Brasil deve se tornar além de diversificado mais flexível com o objetivo principal de aumentar a competitividade com redução dos custos.

Quase que todas as universidades e instituições de ensino superior, mesmo que inseridas em países com economias diferenciadas foram afetadas pelas novas demandas da economia advinda da globalização, pelos novos papéis atribuídos ao Estado, e pelas ações inseridas nos relatórios e documentos, assim como também, nos empréstimos financeiros dos organismos multilaterais a serviço dos estados centrais.

O Banco Mundial no ano de 1995 apresentou um documento conhecido como “*LA ENSEÑANZA SUPERIOR: lãs lecciones derivadas de la experiênciã*”⁷, esse documento explicitou a necessidade de se implementar nas Universidades Públicas o modelo de gestão gerencial, ampliando as formas de financiamento e criando instrumentos de avaliação pautados nos resultados quantitativos, ou seja, os organismos internacionais buscam novos mercados para as transações de produtos e serviços, pressionando os governos latino-americanos para a liberalização da exploração comercial do ensino.

Conforme Santos (2005), a inclusão ideológica promovida por organismos multilaterais, a exemplo do Banco Mundial e da Organização Mundial do

⁷ Informação extraída do artigo Política de expansão das universidades federais via contrato de gestão – uma análise da implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará (2011, 65)

Comércio tem promovido intensos investimentos contra a educação pública, defendendo a necessária conversão da educação em mercadoria.

O ensino público é alvo de grandes investidas dos organismos multilaterais no que diz respeito aos aspectos relacionados ao funcionamento e à autonomia, principalmente do Banco Mundial que direciona orientações à redução de investimentos para as instituições de ensino superior públicas que devem ser orientadas a diversificar as fontes de financiamento, com a oferta de serviços ao mercado, da mesma forma, a cobrança de taxas aos alunos, inclusive dos egressos.

Desse modo, vem se estabelecendo com essas universidades contrato de gestão, formalizados por meio dos PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional entre o governo através do Ministério da Educação (MEC) e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no qual é exigido que se atinja as metas e índices de produtividade para que essas instituições de ensino possam fazer jus aos recursos necessários para sua manutenção.

Ao lado do Banco Mundial está o FMI integrado ao sistema das “Nações Unidas” (ONU) para servir as nações a ela vinculadas, o plano de fundo mais amplo onde atua o FMI e se desenvolve a própria dívida, que vem a ser a própria ordem econômica internacional dominante, o capitalismo.

O Fundo Monetário Internacional segundo Sabbi (1991) é um dos três organismos dominantes na ordem econômica internacional surgida no pós-guerra. Os outros dois são o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, mais conhecido como o Banco Mundial, e o Acordo Geral de Tarifas Alfandegárias e Comércio – GATT.

Segundo Fonseca (2011) com o passar dos anos, estas instituições ampliam suas áreas de abrangência geográfica e o escopo de sua ação ao facilitar a proliferação de ideias e práticas neoliberais junto a governos e uma gama de autores envolvidos na construção das nacionalidades, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) unem-se e fomentam-se a chamada reforma ou ajuste estrutural.

A inclusão da educação nos programas de assistência do Banco Mundial a partir do final dos anos 1970 através da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (Usaid), prestava cooperação técnica e financeira à educação no Brasil e em outros países da América Latina.

Os primeiros financiamentos para a educação brasileira advindos desses organismos internacionais foram por meio do Banco Mundial e tiveram seu início na década de 1970. O primeiro contrato pactuado foi voltado para o setor técnico de nível médio, acordo esse elaborado pelo próprio Banco Mundial através da comissão integrada (*Food and Agriculture Organization FAO*) /*United Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization (Unesco)*/ Fundação Ford, sendo subcontratada a Universidade de Oklahoma/EUA para prestar assessoria ao Banco no tocante à organização curricular e metodológica para o ensino técnico.

A parceria financeira do Banco Mundial junto à educação brasileira na década de 1970 foi para a educação técnica conforme supracitado porque esta era vista como prioridade para o desenvolvimento econômico, quando os primeiros créditos para a educação foram acordados com o MEC - Ministério da Educação no final dos anos 1960, através do primeiro acordo de nº 755, naquela época o Banco privilegiou o ensino técnico de nível médio, considerado como fator direto para o crescimento econômico.

Na sequência do processo de cooperação com o Banco, foi assinado o segundo acordo com o Ministério da Educação (nº 1.067), com início em 1974. Previa-se uma ação de impacto para a melhoria do sistema formal de educação de nível fundamental e médio em oito Estados das regiões Norte e Nordeste, consideradas as mais pobres do país. O projeto definiu como metas: a) aumento das vagas, por meio de construção, reforma, e aquisição de equipamentos para escolas por meio das secretarias estaduais de educação. Nesse caso, o objetivo era cooperar para a implantação efetiva da Lei nº 5.692, de 1971, que alterou o currículo e a estrutura do ensino básico, implantando a profissionalização obrigatória no nível médio. Com a assessoria do Banco, foram treinados cerca de 4 mil professores e administradores escolares (BANCO MUNDIAL apud FONSECA 2011, p. 231).

A negociação foi efetuada no período entre 1971 a 1978, com o objetivo de expandir a oferta de curso e de vagas em algumas escolas técnicas agrícolas. Foram construídas duas escolas industriais e seis centros de formação de engenheiros operacionais dando um novo panorama a estrutura educativo-organizacional do Brasil. Graças aos resultados destas negociações entre os organismos internacionais citados acima e o Governo brasileiro à época, o ensino técnico-agrícola e industrial começa a obter expansão, o que anos depois demarcaria um novo cenário no que se refere à profissionalização das massas.

Segundo dados do Ministério da Educação (1971), o projeto ao todo, beneficiou cinco mil estudantes, 16% do total de alunos que frequentavam esses cursos. Previa-se: a) construção e reforma de instalações escolares; b) aquisição de equipamentos e formação de professores; c) ampliação e reformas de instalações escolares; d) aquisição de equipamentos de origem nacional e estrangeira; e) implantação de um ciclo de ensino segundo o modelo pedagógico norte-americano na linha do “aprender fazendo”.

Em 1975, novas propostas curriculares para o nível técnico foram inseridas na educação brasileira tornando o processo de formação dos professores ultrapassado. Essa manobra desencadeou turbulentas negociações com o Banco Mundial na perspectiva de adequação do projeto à nova estrutura educacional além de exigências de licitações internacionais para aquisição de equipamentos modernos. Mesmo diante dessas dificuldades a cooperação com o Banco Mundial recebeu um incremento na década de 1980 (FONSECA, 2011).

Em 1980, a prioridade do Banco Mundial passou do ensino médio técnico para a educação fundamental. Nessa época, os resultados alcançados foram em torno de 70% das realizações no que se referem à construção, reformas, no entanto, não houve melhorias em relação à década de 1970.

[...] o pouco conhecimento a respeito dos resultados dos projetos restringiu o quantitativo de informações junto à comunidade educacional e até mesmo no âmbito ministerial. Muitas das avaliações referentes aos primeiros acordos foram realizadas no ano 1983, mas a divulgação dos resultados restringiu-se ao quadro técnico e dirigente do MEC e do Banco. Certamente colaborou para isto a exigência de sigilo inerente às transações internacionais. (BRASIL, 1983).

Já as metas para o aumento do número de matrículas, conclusões de cursos e formação de pessoal tiveram o alcance na casa dos 65% mostrando claramente o baixo desempenho no índice educacional. Nessa mesma ocasião, outro acordo foi firmado com o Banco Mundial, dessa vez, voltado para o ensino agropecuário de nível médio, o EDUTEC, acordo de nº 2.366, com o objetivo de dar continuidade ao primeiro projeto criado na década anterior.

Nos anos de 1990, segundo Fonseca (2011), as ideias neoliberais já pairavam sobre a área da educação no Brasil, a qual absorveu várias metas pactuadas pelo Banco Mundial em parceria com outras instituições na conferência mundial patrocinada pela UNESCO, dentre elas, a de ampliação do

ensino fundamental visando respaldo para o ensino médio além de ações que visassem melhorias na qualidade como, por exemplo, um sistema de avaliação da educação básica como “termômetro” para medir a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental.

Na década de 1990, a educação já foi vista na perspectiva neoliberal, naquele ano “o Banco aliou-se ao PNUD, Unicef e à Unesco e patrocinou a realização das conferências mundiais de educação para todos na Tailândia e em Nova Delhi na Índia” (BANCO MUNDIAL/PNUD/UNESCO/UNICEF apud FONSECA, 2001, p. 243).

A reforma do aparelho do Estado na década de 1990 assim como também as ideias de Bresser Pereira, na época Ministro da Administração e Reforma do Estado, enfatizava a importância de adaptar-se a uma administração gerencial de gestão pública. Nessa nova fase a educação também precisou passar por algumas mudanças.

Outro fato marcante na década de 1990 é que o Banco Mundial passou a firmar os acordos com os próprios estados para o desenvolvimento da educação de nível fundamental, entre esses estados estavam: Bahia, Espírito Santo, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Já na esfera federal, o destaque foi para a criação do programa NORDESTE II, projeto esse criado especialmente para o nível de educação fundamental do Nordeste, especificamente.

Ainda na década de 1990, por volta de 1998, o Ministério da Educação estabeleceu com o Banco Mundial um grande acordo criando o FUNDESCOLA (Fundo de Fortalecimento da Escola) com duração prevista para os próximos dez anos com o intuito de desenvolver um projeto para o ensino fundamental nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; as ações desse projeto eram voltadas para área operacional da escola como capacitação dos docentes em serviço e avaliação, assim como inserção da comunidade junto à escola como forma de diminuir o impacto financeiro para o governo.

Segundo Fonseca (2011), a ação mais significativa do FUNDESCOLA, foi à implantação de um modelo de planejamento, conhecido como “Plano de Desenvolvimento da Escola” (PDE), com o qual o Banco pretendia inovar na gestão escolar com base em matriz gerencial que utiliza instrumentos técnicos e utilitários para a eficiência, entre eles a inserção de matérias curriculares, técnica

de ensino-aprendizagem e formas alternativas de organizar e gerir o currículo, a escola e a dinâmica da sala de aula.

O Brasil acolheu várias das suas metas, entre elas, a prioridade conferida à ampliação do ensino fundamental, em detrimento do ensino médio, a previsão de uma série de ações, entre elas, a implantação de um amplo sistema de avaliação da educação básica com a finalidade de aferir a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental. (FONSECA, 2011, p.243).

Entre 2003 e 2010, interstício correspondente ao governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a justiça social foi adotada como doutrina governamental e a negociação de projetos junto ao Banco Mundial foi perdendo força, tanto que, não fora mais assinado nenhum acordo que subsidiasse a educação básica.

A análise empreendida na cooperação entre o Banco Mundial e a educação evidencia que, o desempenho assim como a qualidade do ensino brasileiro não obteve um resultado favorável; a maioria das ações era de caráter gerencial através de modelos preestabelecidos e a destinação de recursos para a infraestrutura física das escolas deixava a desejar no quesito qualidade, além de que os poucos benefícios adquiridos com a parceria entre o Banco Mundial e a educação brasileira ficavam restritos à época do projeto. Logo após seu período de execução a escola voltava à rotina afetada pelos limites técnicos e financeiros da administração local.

Na atual conjuntura educacional, o clima é de mudança na assistência técnica e financeira do Banco Mundial; a ideia era criar um grande programa de financiamento só que dessa vez não apenas com o governo federal, mas também com os governos estaduais conforme demonstrado nas estratégias do Banco para o período de 2008-2011. Com isso Fonseca (2011) afirma que fica claro a intenção do Banco Mundial em continuar cooperando com a educação brasileira; nesse caso resta saber se essa cooperação com os estados que possuem autonomia financeira e decisória vai dar certo já que os trintas anos de experiência com o governo federal não surtiram o resultado esperado para o Brasil.

3 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ACIRRAMENTO, DA COMPETITIVIDADE E EM TERMOS DA INOVAÇÃO E DO CONHECIMENTO.

Este capítulo é uma abordagem sobre os aspectos da inovação e do conhecimento no que se refere ao papel da educação. Procura-se aqui, iniciar com as tendências e desafios, que nos remete ao processo histórico que deu surgimento ao termo inovação, finalizando com sua conceituação e a inserção desse termo na esfera educacional.

3.1 TENDÊNCIAS E DESAFIOS

As transformações essenciais na economia e nas sociedades contemporâneas foram esquematizadas antecipadamente e salientadas por Peter Drucker⁸ em livro intitulado *As Mudanças na Economia Mundial*, publicado o texto original em 1986.

Drucker (1992) destacou essa tendência em três aspectos: 1) desconexão entre a economia dos produtos primários e a economia industrial; 2) desconexão entre produção e emprego; 3) movimentos de capital como força de impulsão da economia mundial.

Por consequência, essas tendências acometeram em um deslocamento das atividades intensivas em mão de obra para as atividades intensivas em Ciência. Esta informação para a época parecia um paradoxo, deixando muito de seus leitores admirados: “Um país terá menos desemprego global quanto mais depressa reduzir o emprego produtivo na indústria” (DRUCKER, 1992). Ou seja, com a tão prevista elevação nas taxas de produtividade, a empregabilidade na indústria reduziria de forma não significativa, no que concerne ao desemprego global, mas acarretaria em um deslocamento do eixo de empregos, especialmente para áreas de serviços.

⁸ Peter Ferdinando Drucker (1909-2005) nasceu em Viena, na Áustria, no dia 19 de novembro de 1909, foi um consultor administrativo, analista financeiro, professor, jornalista e escritor austríaco. Peter Drucker influenciou um grande número de líderes e de organizações em todos os setores da sociedade e foi considerado um dos maiores especialistas em Administração Moderna. Morreu 2005 com 95 anos de idade. (BIOGRAFIAS, 2015)

No final do século XX, essas tendências foram solidificadas e surgiram novos desafios que transformaram o perímetro das empresas e da sociedade como um todo, dos quais Haussmann (1992) sobressalta: 1) formação de megabloques econômicos; 2) competitividade acirrada em todos os segmentos; 3) globalização da economia e; 4) tecnologias emergentes.

A nova era que estava surgindo, é agregada a outros fatores para uma avaliação mais completa do contexto socioeconômico como coloca Dornbush (1996): 1) o fim do comunismo; 2) o fim das estruturas estatais corporativas e; 3) o fim da inflação.

Coutinho (1992, p. 71), aprimora essa tendência, aprofundando a compreensão do contexto, com o seguinte ponto vista:

aumento crescente do peso do complexo eletrônico; novo modelo de produção industrial; revolução nos processos de trabalho; transformação das estruturas e estratégias empresariais, novas bases da competitividade, globalização enquanto aprofundamento da internacionalização; surgimento de alianças tecnológicas para a competição.

É fundamental, entretanto, que essas transformações sejam melhores compreendidas no que tange aos reflexos que respigam nas economias dos países em desenvolvimento e nas múltiplas instituições que compõem ou ajudam no sistema de inovação e no sistema produtivo.

Os desafios, a diferença cultural, a diferença de interesses prontamente ao sistema econômico e a forma de apreensão e tratamento da tecnologia, estão disponíveis para todos os agentes participantes. Dentre eles, as instituições de Ensino, que se viam frente a um novo e motivador papel nesse contexto, que seria o de colaborar com eficiência para a maior competitividade do país por meio de uma efetiva Cooperação Escola-Empresa.

3.2 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE

De forma a incentivar a competitividade das organizações empresariais, tendo em foco o paradigma tecnológico, é de grande relevância a sistematização da cooperação a da mobilização simultânea e coordenada das diversas

jurisdições governamentais que lidam com as políticas correlacionadas com ciência e tecnologia, inovação, produção e comercialização.

Coutinho e Ferraz (1994), abordando sobre as políticas de competitividade nos países da Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento (OECD), chamam a atenção para a importância dos investimentos imateriais em educação, treinamento e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), bem como a precisão de articular nexos cooperativos entre agentes por meio de programas, projetos mobilizadores e incentivos. A meta está na busca pela articulação entre empresas, instituições de pesquisa pura e aplicada, infraestruturas tecnológicas em volta de sistemas locais ou regionais de inovação.

Entre os elementos da política de competitividade dos países industrializados, depara-se com poder de compra do setor público, intervenção direta para a reestruturação de setores; requisitos para o investimento de risco estrangeiro, subvenções, incentivos e auxílios fiscais-financeiros, diretos e indiretos.

Em relação às medidas centralizadas de auxílio à competitividade nos países da OECD, Coutinho e Ferraz (1994, p.41) destacam-se três grandes blocos: 1) aquelas visando especificamente à concorrência externa; 2) as de apoio às atividades de P&D e à difusão tecnológica; 3) as que se direcionam a salvaguardar os tecidos industriais.

No aspecto direcionado as atividades de P&D, três tipos de programas são salientados: 1) obter reduções nos custos de P&D para as empresas, através de vantagens fiscais; 2) apoiar tecnologias específicas; 3) reforçar os investimentos em P&D de certas categorias de empresas, facilitando o acesso das mesmas a resultados de P&D já existentes.

Na América Latina, em volta de seu contexto histórico, grande parte dos países optou por uma “proteção industrial”, ou seja, pelas reservas de mercado, uma vez que, na ausência de experiências industriais, especialmente no que tange à montagem e gerenciamento dos processos produtivos. Partiu-se da comissura que, enquanto protegidas, as empresas, estariam recebendo investimentos e apoio que lhes permitisse crescer e se firmar para então abrir-se à competitividade no mercado global.

Já para os países do sudeste asiático, as políticas de competitividade têm se baseado na promoção de P&D, inovação e difusão tecnológica para o setor industrial. (COUTINHO e FERRAZ, 1994)

No Brasil, o que aconteceu de concreto foi uma “acomodação” por parte dos empresários, que não procurou níveis de produtividade dentro dos padrões internacionais necessários, exemplo disso pode ser observado o caso da informática. Esse processo de “proteção” se contrastou frente à opção de outros países como Japão e outros tigres asiáticos que, ligado a “proteção” investiu na capacitação tecnológica e gerencial da sua indústria.

Evidencia-se que os empresários latino-americanos, na verdade, não souberam diferenciar entre “capacidade de produção”, que é o conjunto de instalações, máquinas e equipamentos, do mesmo modo que os conhecimentos mínimos necessários para executar um sistema de produção, e a “capacidade tecnológica” que é o domínio sobre determinados princípios científicos, diversas classes de *know-how*, determinadas habilidades e rotinas que sustentam os produtos, os processos e métodos de produção, os materiais e os métodos de organização da produção e da unidade produtiva.

Dispor de capacidade tecnológica é dispor de conhecimentos e informações frente às quais a empresa pode fazer um uso qualificado de sua capacidade de produção, bem como transformá-la e reutilizá-la. Fundamentadas nessas observações, as empresas latino-americanas adquiriram capacidade de produção, mas não capacidade tecnológica.

Desta forma, essas empresas não tiveram estratégias de desenvolvimento tecnológico, quando muito, tinham adaptações e importações de tecnologias já dominadas provocando, um aprendizado fragmentado e não sustentável em médio prazo.

Marcovitch (1990, p.45), por sua vez, alerta que:

as novas tecnologias corroem, equalizam ou propulsionam a vantagem competitiva de uma empresa, garantindo sua sobrevivência ou condenando-a ao desaparecimento. Quando uma empresa internaliza o processo de inovação, administra profissionalmente a função de P&D e promove seu espírito empreendedor, estará finalmente dominando a variável tecnológica.

Mesmo com todo esse “entusiasmo inovador”, as empresas, enquanto agentes transformadores da economia têm para si desafios estruturais e organizacionais mediante a competitividade globalizada dentro de um novo paradigma tecnológico. Entre eles estão: a garantia da qualidade e rapidez na entrega, o que exige várias tecnologias diferentes, e tornando-se fatores cruciais da competitividade.

Para estar apto para competir mundialmente, é preciso internalizar, em grande escala, mas especificamente em escala internacional, bens especializados e recursos tais como: conhecimento tecnológico, competência organizacional, finanças, experiência de produção, redes de fornecedores e de clientes e conhecimento de mercado.

Ernst (1992, p.87) aborda, ainda, que:

as empresas, tanto quanto os Estados, estão se empenhando para utilizar a tecnologia como um instrumento de competição global e tentam restringir o acesso às novas tecnologias, aos padrões de produtos e aos mercados.

Por sua vez, o aumento dos custos de P&D e a redução dos ciclos de vida dos produtos, assim como as vantagens cooperativas tecnológicas pré-comercial são fatores que fazem com que os países desenvolvam políticas de competitividade que abranjam a cobertura de riscos, oferta de subsídios, indução de projetos e suporte à reestruturação de setores.

Salienta-se, ainda, a necessidade de induzir as atividades privadas de P&D, que o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil (MCT) já vem realizando por meio das Leis 8.661/93 - revogada pela lei 11.196/2005 e 8.248/91 (Incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária – PDTI/PDTA⁹ e capacitação e competitividade do setor de informática e automação- Lei de Informática) respectivamente.

Esse papel do Estado, enquanto instigador e controlador do processo de transferência de tecnologias é essencial para a economia do país. A competitividade de um país, enquanto resultado de eficácia, é produto das estratégias conjuntivas dos Estados-Nações e respectivos setores privados, devendo ser mantida uma rota equilibrada entre “abertura” e “proteção” de

⁹ Programa de Desenvolvimento da Indústria e da Agropecuária

maneira que se possa garantir o desenvolvimento tecnológico competitivo e socialmente sustentável (COUTINHO e FERRAZ, 1994).

Para o Brasil, mediante tais informações, não cabe discutir a necessidade ou não de abertura e da introdução no mercado internacional, mas sim do tipo de abertura e inserção a serem realizadas (VELLOSO, 1994). Em contrapartida, o Brasil, deve definir, ainda, o tipo de articulação que melhor lhe couber quando se referi a assuntos comerciais que envolvam tecnologia com o North American Free Trading Agreement (NAFTA), com a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e com o bloco asiático.

Empresas brasileiras, entretanto, com pouquíssimas exceções, não conseguiram desenvolver, ao longo do processo de industrialização do país, capacidade de inovação própria, o que as limita contemporaneamente em termos de aquisição, absorção, transferência e capacitação tecnológica. O desafio para superar-se, portanto, está nas empresas em internalizar a inovação tecnológica e a capacitação como atividades empresariais permanentes e bem estruturadas.

O Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB) observou empresas e setores que representam 50% da população do país. Permitindo que obtivessem uma visão objetiva da competitividade dos múltiplos ramos industriais do Brasil e, a partir desse ponto, a proposição de algumas recomendações.

Os três pilares recomendados pelo ECIB para o desenvolvimento tecnológico competitivo do Brasil devem estar assim assentados:

- a) em políticas que articulem: ordenamento macroeconômico; desenvolvimento de infraestrutura, educação, sistema de ciência e tecnologia; política de comércio exterior; programas setoriais de reestruturação produtiva e tecnológica; implementação de regulações que induzam comportamentos competitivos; e ações de fomento e estímulo à modernização das empresas e das relações de trabalho;
- b) num novo estilo de desenvolvimento fundado em novas relações entre Estado, setor privado e sociedade; para isto é necessário ampliar espaços e renovar pautas de negociação entre os agentes

econômicos, orientados para o desenvolvimento competitivo da indústria;

- c) na legitimação e na busca de coesão social em torno dos objetivos da competitividade, de tal forma que o comportamento dos atores sociais fundamentais (empresários e trabalhadores) se oriente para a distribuição equitativa dos ganhos e benefícios deste processo.

O ECIB traz, ainda, recomendações quanto às estratégias que as empresas brasileiras podem utilizar na busca da sua capacitação tecnológica para a competitividade:

- a) elevação de modo gradual e sustentado da capacitação em inovação; aprofundamento e difusão das inovações organizacionais;
- b) mudança qualitativa na relação com os fornecedores; interação com usuários e consumidores;
- c) busca de sinergia interna nas estratégias de diversificação;
- d) captura de sinergias através de alianças e acordos de cooperação, e;
- e) avanço na organização de novas bases financeiras e na parceria entre banco-indústria.

Mediante essas recomendações, contudo, não se pode ficar a margem da principal vantagem competitiva da indústria brasileira, realçado sucessivamente nos estudos socioeconômicos, e que continua sendo o tamanho do seu mercado interno. Por meio dele, muitas empresas podem conseguir subir qualitativamente, tão necessário for à competitividade a nível global.

Em nível brasileiro, o trabalho desenvolvido pelo Prof. Souza Neto (1992), intitulado Organização e Dinâmica da Relação Governo Setor-Produtivo para Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (envolvendo a Política Industrial e de Comércio Exterior – PICE, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP, o Programa de Capacitação da Indústria - PCI e o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria) objetivou verificar em que medida as estruturas e os instrumentos dos órgãos e agências apresentavam compatibilidade e adequação com as políticas.

Pode-se destacar em Souza Neto (1992) e em Coutinho e Ferraz (1994), a necessidade de um tipo de relação entre os agentes econômicos, seja qual for à parceria efetiva e da articulação sistêmica, que deva ser substituída pela tradicional liderança unilateral do Estado. Esses são processo de efetiva cooperação que devem ser acomodados e desenvolvidos atendendo às peculiaridades de cada parceria envolvida, levando-se em conta, sempre, o fundamento maior o da garantia de uma maior competitividade de todos.

Na medida em que, as empresas com capacitação tecnológica, tenham meios de ocupar espaços no mercado mundial, isto refletirá no tipo e na qualidade dos empregos gerados internamente e na melhoria da qualidade de vida da população.

Uma vez delimitado o histórico do conceito que gerou a palavra inovação, levando-se em conta os entraves e limitações do tracejar “o fio histórico da gênese das ideias”, torna-se fundamental explicitar as multiplicidades da compreensão relativa aos conceitos de inovação.

É notório que antes de salientar sobre as possíveis inovações educacionais, é essencial explanar o pressuposto de que as inovações em educação não são neutras, mas reflexos de um contexto social e de uma determinada concepção de educação.

3.3 CONCEITOS DE INOVAÇÃO

A inovação não deve ser vista como uma mera circunstância ao acaso, sendo preciso, levar-se em conta o contexto ao qual ela se insere e é produzida, além de sua história [...] (HERNÁNDEZ et al., 2000).

Cunha (2001) compartilha da mesma ideia quando afirma que, ao levar em conta a inovação como um ente utópico, perde-se vaga ideia de que ela se realiza em meio à historicidade e a sociedade, porque humano. A autora ainda salienta que uma inovação tem sua existência em dado lugar, tempo e circunstância, como produto da ação humana sobre um ambiente ou meio social, que fundamentalmente necessitam ser observados.

Atesta-se assim, a convicção de que a ocorrência de uma inovação em dado contexto não é causal, assim como não é a sua disseminação no mesmo parâmetro ou em outros.

Desta forma, é bem provável propor que a “realidade onde ocorre o processo educativo, juntamente com a própria concepção de educação que a inspira, serve como critério para julgar a adequação da inovação” (FERRETI, 1995, p. 63).

Esta forma de inovação, no entendimento de Cunha (2001), diferencia da concepção tradicionalista, que a vê como rearranjo de situações e procedimentos externos à situação inovada, obrigando a objeções de sua relação com o contexto político-social mais amplo.

Ainda segundo a autora

não é possível pensar os processos inovativos sem levar em conta seu caráter histórico-social. Eles se constroem num tempo e espaço e não podem ser percebidos como uma mera produção externa, nem ingenuamente como algo espontâneo e independente. Percebe-se que inovação é resultado de tensões e não meramente a inserção de novidades técnicas e tecnológicas, como dispositivos modernizantes (CUNHA, 2001, p.128).

A inovação é tida como algo acessível, que pode adotar múltiplas formas e significados, integrados ao contexto em que se insere e padroniza-se como um processo e não como um acontecimento.

Por consequência, a inovação não pode ser instigada por um mandato, por prioridades definidas pelas autoridades governamentais e empresariais, pela adoção de novos planos de estudo, pela inserção de novos métodos de gestão ou pela revisão regulamentar, artigos e leis, entre outros (THURLER, 2001).

As inovações seriam expressas dessa forma, por um amontoado complexo de circunstancias e decisões que as dirigem, tornando-se essencial levar em conta o seu processo e intenção.

Toda a pluralidade que surge em volta da noção de inovação e que já fora debatida anteriormente não afeta unicamente as suas próprias definições, mas também, todo o ramo de noções ao qual se associa.

Desta forma, palavras como reforma, melhoria, transformação, renovação entre outras, geralmente estão ligadas à noção de inovação, chegando a ser utilizadas como sinônimos, o que ressalta a importância de se aproximar desses outros conceitos, tendo em vista, a realização de algumas matizações para ter maior objetividade conceitual.

A primeira questão a ser considerada, segundo Cardoso (1997, p.1) é que “a inovação não é uma mudança qualquer. Ela tem um caráter intencional, afastando de seu campo as mudanças produzidas pela evolução ‘natural’ do sistema”.

No que se refere aos termos inovação e reforma, de forma geral, a diferenciação de sentido designada a eles relaciona-se principalmente com a escala, a profundidade e amplitude das mudanças propostas e realizadas.

Conforme proposta de Carbonell (2002), as reformas seriam mexidas por imperativos econômicos e sociais e teriam semelhanças com a estrutura do sistema educativo em seu conjunto enquanto a inovação aconteceria nas escolas de classes.

Dias Sobrinho aproxima-se desta posição ao afirmar que:

reformas são construções de um quadro legal e burocrático, geralmente proposto por políticos, para responder a determinados problemas e produzir efeitos mais ou menos coerentes com projetos mais amplos de um governo ou de um sistema de poder (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 168).

Considerando a posição dos autores aqui salientados, compreendemos a definição de reformas como alteração relacionada às profundas transformações nas políticas educativas de um sistema educacional que resulta em mudanças estruturadas do mesmo e que são difusas e registradas via legislação ou outros elementos regulatórios. Essas alterações podem ocorrer sem o envolvimento de nenhum dos agentes que, de fato, ocupam-se com o fazer educacional.

As inovações, por sua vez, relacionam-se às mudanças ocorridas no próprio âmbito educacional, que podem afetar uma quantidade grande de sujeitos ou gerar grandes transformações nas práticas educativas, mas que ocorrem de forma contextualizada, na concretude do cotidiano educativo, sob responsabilidade de gestores, professores, comunidades etc. implicados com sua realização.

3.4 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

Para atender aos novos desafios da competitividade global e da inovação tecnológica é necessário um novo profissional que seja, segundo a avaliação pertinente e atual de Schumpeter (1982) um empreendedor, um contínuo inovador.

Para esse novo contexto Rattner (1987), destaca a necessidade da profissionalização das atividades de gestão tecnológica na empresa e da necessidade de formar e treinar recursos humanos capazes de executar tarefas abrangidas por esse conceito.

Dessa forma, o trabalhador terá condições de ser, continuamente, um agente de inovação tecnológica dentro do ambiente maior que será a empresa inovadora e empreendedora. Deve se levar em conta, ainda, que o ciclo tecnológico está mais curto que a carreira profissional, o que obriga as pessoas a se reciclarem permanentemente em busca de uma atualização de conceitos, técnicas, conhecimentos e metodologias inovadoras.

Segundo Drucker (1993), um Sistema Educacional que promova mais eficazmente a inserção do estudante neste "novo" mercado de trabalho da sociedade pós-moderna exige mudanças estruturais. Será necessária a reorganização teórica e metodológica em função desse paradigma, pois a aprendizagem não é só experiência nos processos de produção, mas da sua combinação com atividades intelectuais e criativas.

As Instituições de Ensino precisam, portanto, entender e absorver o processo da inovação para poder exercitá-lo e estimulá-lo no dia-a-dia do discente e do docente. A capacidade inovativa do sujeito, que hoje também é considerada como capital decorre de inúmeros fatores, dentre eles, fundamentalmente o conhecimento. E essa é a matéria-prima "industrializada" nos processos de ensino-aprendizagem das Instituições de Ensino.

A aprendizagem inovativa torna-se, portanto, segundo Bastos (1991, p. 74) "um meio de preparar o indivíduo para enfrentar situações novas e é requisito indispensável para a solução de problemas globais". Entretanto, cabe à Instituição de Ensino o gerenciamento macro e incorporação desse novo conceito.

Ela deve agir de forma a transformar, inicialmente, o docente em um agente de inovação tecnológica educacional desenvolvendo nele a sua competência inovadora. Será ele que, na formação do discente, poderá exercitar e estimular o crescimento do indivíduo nos diversos aspectos relacionados com a tecnologia, inovação, competitividade e educação.

A nova formação técnico-profissional para esse contexto globalizado e competitivo passará indubitavelmente pela interdisciplinaridade, pelo trabalho coletivo entre docente e discente, por um currículo que vislumbre a gestão tecnológica da empresa, que seja atualizado constantemente, que seja flexível, modular e prático e que permita o desenvolvimento de atividades que estimulem a criatividade e o empreendedorismo.

O ECIB, ao avaliar os aspectos que estão correlacionados com a competitividade das empresas brasileiras, destacou a questão da educação como a mais importante e difícil dos desafios de uma política de desenvolvimento competitivo.

A educação, portanto, enquanto base para a capacitação tecnológica e para um permanente processo de inovação na empresa torna-se essencial para sustentar a competitividade em um ambiente de acirrada concorrência por aquisição e transferência de tecnologias.

De forma a superar a fragilidade e a falta de cooperação em um Sistema Nacional de Inovação (VIOTTI, 1993), uma das principais alternativas para o caso brasileiro é a de “aumentar a conectividade entre os diversos agentes do Sistema de Ciência e Tecnologia e induzir a cooperação como forma de expandir e acelerar o processo de aprendizado conjunto” (COUTINHO e FERRAZ, 1994).

Perante o paradigma tecnológico atual e os novos padrões para a competitividade na economia global devem-se observar as políticas de governo, as inferências nos modelos de gestão das empresas, nas relações empresa-empregado e a atuação das Instituições de Ensino.

A partir disso, tendo em foco o desenvolvimento tecnológico do país, deve-se estabelecer a necessária resposta que se aguarda seja dada, também, por essas Instituições, particularmente as da área tecnológica, bem como a forma mais eficaz da sua participação.

3.5 INOVAÇÕES EDUCACIONAIS E INOVAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR

As experiências inovadoras já estão ocorrendo em sala de aula. Isso quer dizer que pequenas rupturas já estão acontecendo, ou seja, professores estão reestruturando suas concepções epistemológicas e investindo em diferentes meios de ensinar e aprender.

Nesse sentido, Cunha et al (2001, p. 35) afirma que “[...] as inovações que contribuem para melhoria do ensino e da aprendizagem na universidade podem dar-se em diferentes patamares e de variadas formas”. Ou seja, o que pode se configurar como uma atividade inovadora no âmbito da pesquisa não se estende, necessariamente, para as atividades de ensino. Observa-se que o conceito de inovação está em destaque nacional, sendo debatido nas instâncias políticas, econômicas e na instituição universitária.

Não se pode negar que esse termo obteve ênfase, primeiramente, nos campos das ciências econômicas e empresariais (MOTA, 2011). Todavia, estendeu-se a educação, principalmente, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei n. 9.394/96.

A partir dos princípios e parâmetros recomendados pela Lei, as instituições educativas obtiveram maiores possibilidades para sistematizar, investir e inovar suas propostas, pois de maneira implícita, colaborou para introduzir mudanças nas formas de ensinar, educar, avaliar, bem como de gestão, visando qualificar a ação educacional.

No que tange o cenário universitário, acompanhamos políticas de incentivo e indução por meio de editais, como o que abrange os projetos voltados à atividade de ensino. Ou seja, a inovação está em aparente papel, sendo reconhecida como vetor importante para o desenvolvimento econômico, social e educacional (MOTA, 2011).

Sendo assim, nos assuntos educacionais cabe reconhecer que as práticas inovadoras estão se constituindo como alternativas para superar práticas influenciadas pela racionalidade dos modelos de ensinar e de aprender moldados pelo paradigma dominante (SANTOS, 1999).

Os dogmas da ciência moderna, que estão enraizados nas concepções, práticas e atitudes pedagógicas dos professores são um dos obstáculos a serem rompidos. Por isso, “a iniciação nas aplicações pedagógicas de novas

tecnologias da informação deveria, portanto, ser parte integrante de políticas de formação de professores” (PAPADOPUOULOS, 2005, p. 21) incluindo, neste movimento, a participação dos sujeitos nos processos permanentes de estímulo a experimentação e a inovação. Posto isso, entendemos que a inovação está relacionada com o processo de ruptura com o paradigma dominante que faz ir além da reprodução e avança ao contribuir para a construção de novos saberes.

Desse modo, entende-se que a universidade

[...] é rica em espaços passíveis de inovação, abrangendo desde experiências de gestão administrativa, incluindo a avaliação institucional, até propostas alternativas de ensino, pesquisa e extensão, passando pelas relações e demandas da comunidade (CUNHA, et al, 2001, p. 44)

Para Masetto (2003) a temática inovação está latente nas conotações sobre o ensino superior. O mesmo autor desenvolve interessantes reflexões sobre o conceito de inovação, ao considerá-la “[...] como o conjunto de alterações que afetam pontos-chaves e eixos constitutivos da organização do ensino universitário provocadas por mudanças na sociedade ou por reflexões sobre concepções intrínsecas à missão da Educação Superior” (MASETTO, p. 197).

Ainda segundo Masetto (2003), a inovação acontece à medida que as concepções antigas não sustentam as demandas da sociedade atual, levando a mudança, uma vez que,

inovação e mudança andam juntas, mas só acontecem de fato quando as pessoas nelas envolvidas se abrem para aprender, para mudar, para adquirir novos conhecimentos, para alterar conceitos e ideias trabalhadas, às vezes, durante muitos anos, para assumir novos comportamentos e atitudes não comuns até aquele momento, para repensar a cultura pessoal e organizacional vivida até aquele momento, para mudar suas próprias crenças e aderir a novas e fundamentais maneiras de pensar e de agir (MASETTO, 2003, p. 200;201)

Ou seja, o inovar dispõe compromisso para a prática educativa, transforma-se em pano de fundo para a construção de novos conhecimentos dinamizados, não pelo paradigma vigente, mas pela atividade docente

vivenciada e repensada, sendo este um dos pilares do professor para a inovação.

Nesse sentido, Cunha et al (2001) destaca que ainda são poucas as reflexões sobre ensinar e aprender, assim como sobre as experiências inovadoras nas instituições universitárias, porém, mesmo assim, existe na aula universitária muitas intenções de mudança.

Miller (2005), ao analisar alguns exemplos de inovações pedagógicas bem-sucedidas nas Antilhas, faz uma importante distinção entre inovação e invenção.

Para o autor, a “invenção é ao mesmo tempo original e universal, enquanto que a inovação é relativa e contextual” (MILLER, 2005, p. 109). Ou seja, ao analisar as atividades inovadoras precisamos sempre nos referir aos contextos em que são gestadas e desenvolvidas, pois a inovação “é uma novidade em um contexto particular”.

Por isso, Miller (2005) considera que o êxito das inovações deve ser avaliado sob dois critérios: 1) que a inovação tenha incidência positiva em um grande número de sujeitos envolvidos e, 2) que tenha sido institucionalizada no sistema educacional. Esse é um dos desafios da inovação no cenário educacional, uma vez que o paradigma dominante ainda regula as concepções e práticas, carecendo de processos de vigilância epistemológica e cuidado para que as atividades inovadoras não fiquem arraigadas ao mesmo, mas reinterpretem as verdades estabelecidas ao se encaminhar para um processo de rupturas, ou seja,

seria uma inovação que se estabelece como um processo descontínuo, de rompimento com os tradicionais paradigmas vigentes na educação, no ensino-aprendizagem-avaliação, ou na transição entre diferentes concepções paradigmáticas, onde se observar uma reconfiguração de saberes e, também, de poderes (LEITE, 2005, p. 121).

A autora nos indica a complexidade em torno do conceito de inovação, pois a compreende em meio a um processo de transformação do sistema educativo e, por isso, recorreremos às transições paradigmáticas para justificar que o termo inovação não é gestor de mudança na educação, mas produz de forma subjetiva diferentes modos de pensar, fazer e refazer a prática educativa.

Desse modo, ao organizar as atividades de ensino, tendo em vista a promoção de uma aprendizagem significativa, integrando em aula o uso dos meios técnicos de comunicação e de informática, o professor estará propondo uma inovação em sua prática, pois, no universo de informações, os alunos deverão ser iniciados também na utilização da tecnologia para resolver problemas concretos que ocorrem no cotidiano de suas vidas.

A aprendizagem precisa ser significativa, desafiadora, problematizadora e instigante, a ponto de mobilizar o aluno e o grupo a buscar soluções possíveis para serem discutidas e concretizadas à luz de referenciais teóricos e práticos (BEHRENS, 2005, p. 77).

Desse modo, ao redirecionar os planejamentos em virtude de uma aprendizagem que integre em aula o uso dos meios técnicos de comunicação e de informática, o professor poderá promover uma inovação em sua prática, pois, “a ação docente inovadora precisa contemplar a instrumentalização dos diversos recursos disponíveis, em especial os computadores e a rede de informação” (BEHRENS, 2005, p. 77).

Tem-se conhecimento de que a aula universitária, historicamente marcada por atitudes intencionais voltadas apenas para o ensino, tem gerando uma recursividade científica marcada por sucessiva reprodução. De fato, esse ciclo precisa ser quebrado. Cunha (2001, p.43) aponta que é preciso,

entender a sala de aula como espaço de reprodução e também de inovação pode contribuir para a construção de teorias pedagógicas alternativas, através das quais a prática vivenciada torna-se a inspiração para a construção de novos conhecimentos.

De acordo com Lévy (1996) a construção desse novo olhar, a aula não ocorre bruscamente, uma vez que a universidade, bem como

a escola é uma instituição que há cinco mil anos se baseia no falar/ditar do mestre, na escrita manuscrita do aluno e, há quatro séculos, em um uso moderado da impressão. Uma verdadeira integração da informática (como do audiovisual) supõe, portanto o abandono de um hábito antropológico mais que milenar o que não pode ser feito em alguns anos (LEVY, p.5)

Isso não quer dizer que quebrar o ciclo significa a exclusão total dos métodos tradicionais de ensino estruturados a partir do paradigma dominante, mas, a apropriação das possibilidades que existem na contemporaneidade e que rompem com a centralidade desse paradigma (SANTOS, 1999).

Sendo assim, não é o desenvolvimento da ciência e, por consequência, a tecnologia, que determina todas essas mudanças, mas sim todos os segmentos e aportes que as constituem. A ruptura então está na adesão da ideia de tecnologia como possibilidade de mudança, mas sim na potencialidade que ela gera no fazer pedagógico do professor.

Essa condição educativa estimula o aluno e o professor a explorarem variados exercícios concretos, oportunizando um ambiente criativo, no qual, por meio da simulação, o aluno acompanha suas observações, constrói e reconstrói sua prática, dinamiza hipóteses, potencializando sua aprendizagem.

Sendo assim, a robótica educacional se constitui como mais “um recurso tecnológico bastante interessante e rico no processo de ensino aprendizagem, ela contempla o desenvolvimento pleno do aluno, pois propicia uma atividade dinâmica, permitindo a construção cultural e, enquanto cidadão tornando-o autônomo, independente e responsável” (ZILLI, 2004, p.77).

É possível afirmar que não apenas a robótica, mas todos os recursos tecnológicos disponíveis à educação representam

[...] as consequências que o incessante desenvolvimento destas aplicações tecnológicas e a generalização de seu uso em todos os ambientes da vida cotidiana estavam tendo e iam ter na forma de conceber, criar, recuperar, transmitir, difundir, representar e aplicar o conhecimento (SANCHO, 2006, p. 16)

Pois este é uma construção humana. Portanto, ao aprender estamos passando por um processo de construção do próprio conhecimento, sendo assim, percebemos que a tecnologia em sala de aula tem se configurado como mais uma rede de possibilidades para a construção deste.

O uso das novas tecnologias, como componente de inovação do ensino, foi o mais contemplado por todos os projetos. Destacam-se o uso de blog, MSN, AVA, robótica, simuladores, vídeos, filmagens, figuras, moodle, modelagem, fóruns, cinema e diários.

Nesse sentido, Enricone (2006, p.22) afirma que somente “uma boa tecnologia é a que permite o crescimento pessoal – a autoformação- além de facilitar a aquisição de conhecimento”. A “boa” tecnologia, enfatizada pela autora, vai ao encontro do movimento inovador, ou seja, o uso da tecnologia acoplado a atuação responsável, esclarecida e qualificada do professor. Contudo, não significa, de imediato, a solução dos problemas do ensino, mas propicia indicativos de mudança (SANCHO, 2006).

As alterações provocadas pela inovação envolvem tanto aspectos curriculares, como a introdução de um ambiente pedagógico favorável a interação entre disciplinas.

Em continuidade esses esforços metodológicos, visando o processo de articulação entre conhecimento conceitual ou científico com outras formas de ensinar, promove-se uma produção conjunta do professor e dos alunos, indicando novos trânsitos entre o saber científico e o senso comum, todos fortemente presentes no cenário acadêmico.

De acordo com Faria (2006), a mediação pedagógica pode ser feita de diferentes maneiras. Entretanto, salienta-se a colaboração e a mediação como princípios fundamentais às suas diferentes maneiras de mediar o processo de ensino-aprendizagem, exaltando

a valorização da parceria e co-participação entre professores e alunos e entre os próprios alunos na dinamização do processo de aprendizagem e de comunicação se justificam pela necessidade de gerar novas formas de trabalho pedagógico e aproveitamento das atividades escolares (MASETTO, 2003, p. 200).

É certo que a diversidade de elementos encontradas nos projetos sinalizam rupturas que são percebidas de diferentes maneiras em cada universidade. Entretanto, é notável que a tecnologia permeia a maioria das propostas.

O que se pode dizer é que existem experiências diferentes e, cada qual apresenta um caráter inovador, sendo alguns inclinados à mudança na aula, na gestão e organização curricular, outros pautados na adoção das ferramentas tecnológicas, bem como o anseio de modificar a prática e mantê-la através da mudança de concepção pedagógica.

É por isso o inovar é um processo complexo que introduz a superação da ideia da racionalidade conteudista vinculada ao paradigma dominante do ensino.

4 O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

O presente capítulo aborda a criação e evolução das universidades públicas, seu processo histórico, como foi dada sua expansão e reestruturação vinculadas ao Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais, o REUNI e seus resultados, fazendo um parâmetro do que foi mudado nessas instituições usando dados baseados desde anos anteriores ao programa até o ano de 2012.

4.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

Segundo dados históricos, o surgimento do ensino superior no Brasil ocorreu de forma tardia, ao passo que, em outros países da América Latina, colonizados pela Espanha o ensino superior nasce desde o início do século XVI, enquanto que no Brasil só se daria no início do século XX, graças à falta de interesse de Portugal em difundir o ensino superior na sua colônia.

Na América Latina de colonização espanhola, as universidades foram criadas logo no início da colonização, a partir do século XVI, sendo as primeiras as do Peru, México, Chile, Guatemala e Argentina.

Para Cunha (2000), Portugal não apenas deixava de incentivar a criação das instituições, mas, sobretudo, as proibia, pois, a metrópole tinha receio que os estudos universitários servissem de apoio para os movimentos independentes, uma vez que a partir do século XVIII, o Iluminismo¹⁰ criou forças em vários pontos da América.

Apesar de ter sido de forma tardia, vale ressaltar que o ensino superior no Brasil teve seu início ainda no período colonial, com o surgimento de escolas superiores especializadas e baseadas nos moldes da Metrópole Portuguesa. Porém, ainda de acordo Cunha (2000), somente no século XX, uma instituição brasileira passou a receber o status de Universidade no Brasil, que foi a Universidade de Manaus, em 1909.

¹⁰ O Iluminismo foi um movimento global, ou seja, filosófico, político, social, econômico e cultural, que defendia o uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. O centro das idéias e pensadores Iluministas foi a cidade de Paris. (PACIEVITCH, 2009)

A Universidade de Manaus foi o produto da propriedade fugaz resultante do ciclo da borracha no Amazonas [...] Tão rapidamente como surgiu, em meio à prosperidade passageira, a universidade de Manaus definhou, acabando por aparecer com a própria decadência do ciclo da borracha. Em 1926 a Universidade de Manaus se dissolveu, fragmentando-se em três estabelecimentos isolados. A faculdade de Engenharia, que só conseguiu desenvolver o curso de agrimensura, deu origem, à Escola Agrônômica de Manaus, a qual acabou extinta em 1943. A Faculdade de Farmácia e Odontologia, já que não conseguiu implantar o curso médico. Foi extinta, também, em 1944. Só vingou mesmo a Faculdade de Direito, federalizada em 1949 e incorporada à Universidade do Amazonas, instituída por lei federal, mas só instalada em 1965 (CUNHA, 1985, p.200).

Durante o período colonial, foram feitas várias tentativas de se criar universidades, e dentre essas tentativas, a mais expressiva ocorreu durante a Inconfidência Mineira, pois os inconfidentes sabiam que a independência verdadeira somente seria conquistada com a educação e com a formação de intelectuais e profissionais. Lamentavelmente, o projeto não pode ser executado, uma vez que a rebelião foi delatada e os inconfidentes banidos.

Esse projeto apenas voltou à tona com a vinda da família real para o Brasil momento em que escapava das tropas de Napoleão. Nessa época, chegou-se a reservar um determinado valor para que fosse criada uma universidade em Salvador. Esse projeto não foi adiante, porém, resultou na instalação da Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, e em Olinda e São Paulo, foram criados os cursos de Direito. Nessa época, em vez de criar universidades, o Brasil criava cátedras isoladas de ensino superior. (CUNHA, 2000)

No fim do século XIX, volta a ser discutida a ideia de implementação de uma universidade. No entanto, graças ao interesse dos grandes centros econômicos e políticos, como Rio de Janeiro que alegava que uma instituição desse porte deveria ser criada na corte; a Bahia argumentava sua precedência histórica, já Olinda, se fundamentava na sua posição geográfica; São Paulo, por sua vez, alegava que o seu clima agradável propiciava um custo menor de todas as provisões em relação aos demais centros.

Como foi mencionado acima, eram tantas as solicitações de primazia, que os argumentos neutralizavam-se uns aos outros, sem que chegassem a um acordo.

Com a proclamação da República em 1889, novamente a criação de uma universidade voltou a ser colocada, porém ainda levaram-se duas décadas para que esse projeto saísse do papel. Sobre esse período histórico, Cunha (1980) advoga que:

as transformações do ensino superior nas primeiras décadas da República foram marcadas pela facilitação do acesso ao ensino superior, resultado, por sua vez, das mudanças nas condições de admissão e da multiplicação das faculdades. Essas mudanças e essa multiplicação foram determinadas por dois fatores relativamente independentes. Um fator foi o aumento da procura de ensino superior produzido, por sua vez, pelas transformações econômicas e institucionais [...]. Outro fator, este ideológico, foi a luta de liberais e positivistas pelo “ensino livre”, e destes últimos contra os privilégios ocupacionais conferidos pelos diplomas escolares. (CUNHA, 1980, p.150).

Em 1920, com a implantação da Universidade do Rio de Janeiro, alguns governos provinciais passaram a cogitar a ideia de ter suas próprias instituições. O ano de 1934 foi um marco nessa história, pois com a criação da Universidade de São Paulo (USP) surgiu, nas décadas seguintes, a expansão desse projeto por todo o país, graças aos investimentos federais e estatais, porém a demanda por vagas nas universidades públicas desde essa época até os dias atuais sempre foi uma problemática.

Fato importante é que, apesar da Universidade ter surgido no Brasil apenas no século XX, já existia aqui uma tradição de ensino superior, graças às escolas profissionais, além das academias militares e outras escolas como sociedade de tipo variado: Técnico ou Científico.

Durante a era de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério da Educação que tinha como objetivo padronizar as instituições de ensino superior no Brasil, e nessa mesma época foi criado o Estatuto das Universidades Brasileiras, através do Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931 trazendo em seu Art. 1º que:

O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo technico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do indivíduo e da collectividade, pela harmonia de objectivos

entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade(BRASIL,1931, texto original)

Esse Decreto estabelecia entre outras coisas que cada faculdade fosse dirigida por sua congregação e que em cada universidade existisse um conselho universitário e um reitor. Assim surgiu a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937.

Em 1968, ocorreu a reforma universitária que foi implementada pela ditadura militar, problemas como repressão, privatização do ensino, exclusão de grande parte da população, sobretudo, das camadas menos favorecidas nas universidades, levaram a essa reforma.

Nessa época, as universidades já se encontravam estruturadas com os seguintes moldes acadêmicos: introdução dos vestibulares unificados e classificatórios; fim do sistema de cátedra; dedicação exclusiva dos docentes; cursos de graduação divididos em duas fases, ciclo básico e especialização profissional; criação dos departamentos e pós-graduação composta de dois cursos distintos, mestrado e doutorado.

Essa reforma trouxe avanços que acarretaram em grandes conquistas para o ensino público, a exemplo da ampliação do acesso ao curso superior, do desenvolvimento de programas de pós-graduação e da indissociabilidade entre ensino e pesquisa.

Vale ressaltar que a política educacional sempre esteve influenciada pelo neoliberalismo, ou seja, sempre voltada para atender aos objetivos capitalistas, característica essa que torna o acesso ao ensino superior difícil e desigual, muito embora nos últimos anos, segundo Soares (2009), com novas propostas de expansão do ensino superior e as transformações econômicas e sociais essa situação tenha melhorado um pouco mais.

Para o autor, o Brasil está hoje diante de uma grande questão, que é tentar tornar seu sistema educacional universitário sintonizado com um mundo em constantes transformações, além de proporcionar que cada vez mais pessoas tenham acesso à educação superior de qualidade, uma vez que, o acesso às universidades públicas sempre foi considerado elitizado e fortemente apontado como uma forma de exclusão social.

4.2 A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Os primeiros sinais de crise no capitalismo surgem nos finais da década de 60 e vêm apresentando desdobramentos até nossos dias. O Sistema, então, passa por uma reestruturação. (SANTOS, 2008)

Durante esse processo de globalização, ocorrem modificações nas estruturas sociais e econômicas que regem o capitalismo global, levando a reestruturações que impactam na renda e no desenvolvimento social dos territórios.

Estamos vivenciando nos últimos tempos um agravamento da miséria da classe trabalhadora, inversamente proporcional ao acúmulo de riqueza da classe burguesa, em virtude da concorrência intercapitalista em busca da conquista de mercados e, conseqüentemente, da necessidade do aumento da produtividade e da competitividade.

Em decorrência dessa necessidade, a expansão do capital produz uma saturação, que tem como consequência a queda nos lucros, levando o Estado a redirecionar seus esforços para outros setores onde ainda a saturação não ocorreu.

Sob essa ótica, observa-se que o setor de serviço, do qual faz parte a educação, vem passando por inúmeras transformações objetivando a valorização do Capital.

Para Sguissardi (2001),

[...]essas mudanças são na verdade um movimento mais amplo de mudanças na economia [base produtiva] e na reconfiguração do Estado. O que requer que se considere como pressuposto e como hipótese que um processo de contrarreforma na Educação Superior, está se dando no contexto e como consequência [...] do movimento de passagem do regime de acumulação fordista para o denominado de acumulação flexível [...], [e] do movimento da propalada diminuição do Estado...", levada a cabo pelas políticas neoliberais (SGUISSARDI, 2001, p. 19).

É papel do Estado garantir a segurança, a justiça e o bem-estar econômico e social de todo cidadão, e as políticas públicas são consideradas por Zanardini (2006) como ações específicas direcionadas para alcançar tais objetivos:

Entendemos que as políticas públicas são datadas historicamente; construídas por sujeitos concretos e que têm por fim a consolidação de um projeto social, político e econômico específico, refletindo as forças políticas em jogo, como resultado de pressões exercidas pelas classes em luta. Logo, as políticas públicas não se reduzem a um conjunto de ideias, nem a setores específicos, mas são amplas e implicam a elaboração de estratégias de ações capazes de implementar um conjunto de reformas ou de propostas necessárias à sobrevivência de um determinado modelo social, político e econômico. (ZANARDINI, 2006, p. 07).

O ensino superior brasileiro, como já fora mencionado teve seu início de forma tardia no Brasil, dando origem ao caráter elitista, uma vez que as universidades públicas gratuitas mantinham rígidos padrões de acesso, privilegiando os estudantes provenientes de famílias mais ricas, cujos filhos haviam estudado em escolas particulares, e por isso apresentavam melhores condições de acesso às Universidades.

No entanto, as universidades não devem ser encaradas como um modelo de exclusão social, uma vez que a universidade é e deve ser entendida como um local de acesso ao conhecimento, capaz de realizar transformações sociais relevantes.

A política de expansão da educação superior está relacionada com as estratégias do governo de inserir a economia brasileira nas grandes transformações que vem ocorrendo no cenário mundial.

Essas estratégias do governo fazem parte da busca da redução de custos com as políticas sociais, interferindo especialmente nas universidades, reduções essas de caráter orçamentário que acabaram contribuindo para que as universidades procurassem meios alternativos de financiamento.

Segundo Chaves (2008), quase todas as universidades até mesmo aquelas que se encontravam em países onde a economia era diferente, foram afetadas de certa forma, nas últimas décadas pelas novas demandas da economia global, ou seja, pelos novos papéis atribuídos ao Estado.

Ainda para Chaves (2008) todas essas transformações que estamos observando na educação superior brasileira podem ser chamadas também de mercantilização da educação superior, ocasionada pela necessidade de expansão do capital para outros setores, impulsionados pelas políticas

neoliberais que tem como objetivo o livre mercado, gerando como consequência a privatização.

Essa “privatização” tem atingido as instituições universitárias públicas, e tem favorecido a disseminação das universidades privadas. Para TRINDADE (2001 p.30), “investir em Educação Superior tornou-se um dos negócios mais rentáveis e, por isso, o Brasil tornou-se o grande campeão da privatização da Educação Superior na América Latina. No ranking internacional sua posição é o 7º, enquanto os Estados Unidos é o 20º na matrícula no setor privado”.

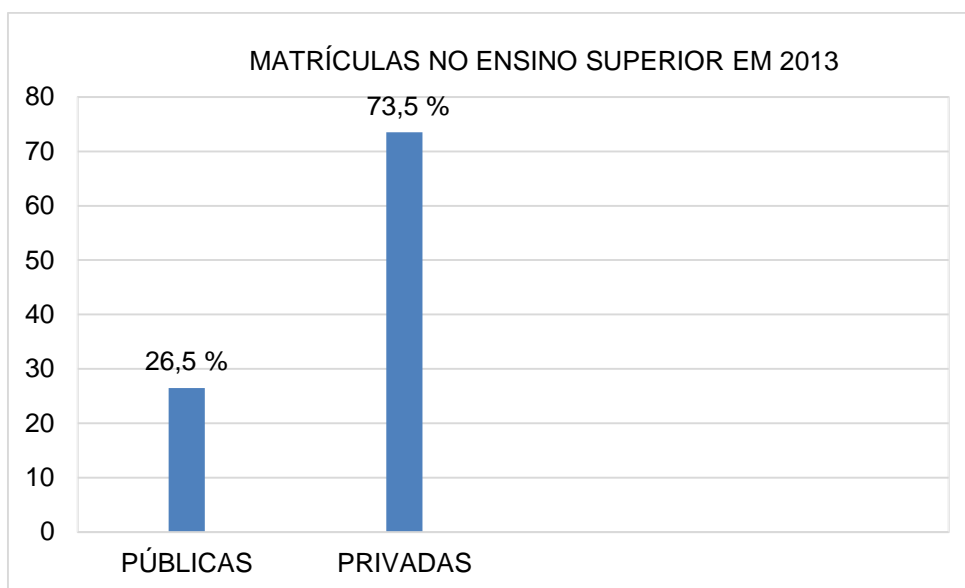
O processo de expansão da educação superior brasileira está intimamente ligado ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, portanto, vale ressaltar aqui, que essas reformas educacionais impostas pelos organismos acima citados objetivam estabilizar a economia, e para isso defendem a redução dos custos, o aumento da competitividade e a formação de recursos mais produtivos.

Para dar um suporte ao aumento da competitividade, o Ministério da Educação - MEC cria o Censo da Educação Superior, com o intuito de reunir estatísticas sobre instituições, matrículas, ingressos, concluintes, cursos de graduação e sequenciais do ensino superior brasileiro.

Estes dados contribuem para o cálculo de indicadores de qualidade das universidades brasileiras. E segundo os dados divulgados pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em Setembro de 2014, a quantidade de alunos matriculados nas universidades públicas e privadas do País cresceu 3,8% em 2013 na comparação com 2012, passando de 7,03 milhões para 7,3 milhões.

No entanto, é preciso compreender que apesar de positiva, a expansão do ensino superior foi menor que a registrada em 2012. Vejamos a seguinte demonstração gráfica referente ao número de alunos matriculados nas universidades públicas e privadas do País em 2013.

Gráfico 1 – Número de Matrículas no Ensino Superior - Universidades públicas e privadas – Brasil – 2013



Fonte: Ministério da Educação (MEC, 2013)

Nota: adaptado pelo autor

De acordo com o gráfico, a evolução do número de alunos matriculados nas universidades públicas em 2013, chegou a 26,6% o que corresponde a um número de 1,9 milhões de alunos matriculados. Ao passo que a rede privada de ensino conseguiu atingir um número muito mais expressivo de estudantes matriculados, entorno de 73,5%, ou seja, 5,4 milhões de estudantes.

Os dados acima expostos demonstram a expansão do setor privado da educação superior e uma redução do setor público. Para Chaves & Araújo (2011), na atual fase de organização e reestruturação capitalista, o conhecimento é transformado numa valiosa fonte de ampliação e reprodução do capital.

4.3 A QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR

A qualidade da educação pública superior é um tema controverso e que está em constante discussão, principalmente após a consciência das pessoas a respeito da importância da educação para o desenvolvimento pessoal, sobretudo, do ensino superior, uma vez que as universidades são compreendidas como um instrumento de conhecimento capaz de promover transformações sociais relevantes tendo em vista que, é de responsabilidade dessas instituições preparar o estudante para exercer o seu papel de cidadão.

Segundo Nascimento (2000):

Se o ensino fundamental e o médio devem cuidar da formação básica do cidadão, pois educação e cidadania devem andar de mãos dadas, o ensino superior tem de oferecer as ferramentas com as quais o indivíduo exercerá seu papel. A vida na sociedade atual exige um cidadão cada vez mais competente e informado, capaz de expressar sua opinião a respeito dos mais variados assuntos. (NASCIMENTO, 2000, p.112).

Para Hobsbawm (1995), a preocupação com a qualidade do ensino não é algo tão recente, visto que, a Constituição Federal de 1988 advoga que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E, ainda, determina através do inciso VII do artigo 206 a “garantia de padrão de qualidade” como princípio a embasar o ensino a ser ministrado.

No entanto, para caracterizar o termo qualidade faz-se necessário compreender como a palavra está sendo empregada. Pois a palavra qualidade pode estar ligada a bem-estar, pode também estar vinculada a eficácia dos processos bem como a competição do mercado.

Atualmente com a globalização econômica, existe uma tendência natural a compreender qualidade como sendo algo eficiente seja um produto e/ou serviço voltado para atender as necessidades dos mais exigentes consumidores.

No tocante à educação, a Declaração Mundial sobre o Ensino Superior (1998) e os Anais da UNESCO - Tendências da educação superior para o século XXI (1999) entendem o conceito de qualidade como algo multidimensional, que deve englobar todas as funções e atividades dentro da universidade.

Sendo assim, compreender a qualidade do ensino público superior é sem dúvida uma tarefa complexa e global já é preciso analisar a qualidade enquanto profissionalização docente, dimensão pedagógica, formação para o mercado, envolvimento dos estudantes, estrutura física e equipamentos disponíveis no ambiente acadêmico, aplicabilidade do conteúdo e quanto à relevância social do conhecimento.

Para Davok (2007), a qualidade do ensino superior vai além das estruturas físicas das universidades, ela engloba também os processos e os resultados educacionais:

Uma educação de qualidade pode significar tanto aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos previstos nos planos curriculares; como aquela que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária; ou aquela que desenvolve a máxima capacidade técnica para servir ao sistema produtivo; ou ainda, aquela que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social, por exemplo. (DAVOK, 2007, p. 506)

Nos últimos tempos, com a institucionalização dos processos avaliativos internos e externos as salas de aulas passaram a ser um espaço onde os docentes avaliam e são avaliados diariamente.

E nesse contexto uma educação superior de qualidade deve preparar o aluno para os desafios da vida em sociedade, ou seja, “que façam com que os seres humanos possam andar de cabeça erguida lutando por sua dignidade numa sociedade onde caibam todos” (ASSMANN, 1996, p. 190).

Sob essa perspectiva, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/96), buscou traçar normas que viabilizem todos os níveis de ensino, de maneira a entender o aluno não apenas como um receptor de informações, mas, sobretudo como um cidadão capaz de ter uma postura crítica diante da sociedade, buscando transformar de forma positiva o seu ambiente social.

Para Bello (2000), avaliar a qualidade da educação não é uma tarefa fácil, tendo em vista que o erro já tem início com a proposta de avaliação do MEC, que segundo o autor está mais preocupado com os procedimentos e não com o resultado final, ou seja:

Que adianta o MEC examinar os procedimentos se o produto é ruim? Será que um percentual pré-estabelecido de professores com cursos de Mestrado e Doutorado garante qualidade? Será que uma biblioteca grande e com uma quantidade considerável de material garante qualidade? Será que o resultado de um exame, conhecido como 'provão', garante qualidade? Na minha opinião avaliar os meios e não os fins é uma maneira de impingir aos meios um conceito equivocado de qualidade" (BELLO, 2000, p.45).

Portanto, um ensino de qualidade deve capacitar o aluno para refletir, pensar, discutir e assim contribuir de forma construtiva e participativa nos processos sociais.

No entanto, o que temos encontrado exceções à parte, é um mercado de trabalho insatisfeito com os jovens profissionais recém-formados, pois a

qualidade da educação do ensino superior público, tem de certa forma perdido a sua importância em função da quantidade, evidenciando que o número de diplomados tem sido mais importante que a qualidade desse profissional.

5 O PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Este capítulo abordará a criação do programa federal de apoio aos planos de expansão e reestruturação das universidades, os encontros internacionais que influenciaram em sua criação, as diretrizes, metas e resultados do programa, suas dificuldades a partir do exemplo da Universidade Federal de Sergipe.

5.1 ENCONTROS INTERNACIONAIS E SUA INFLUÊNCIA PARA O REUNI

Ao longo da história da educação Brasileira, encontros internacionais voltados para a educação como consensos e conferências sempre influenciaram nas políticas educacionais do Brasil e por vezes serviram de base para as ações futuras dessas políticas. A exemplo disso evidencia-se a Declaração de Bolonha, evento ocorrido em 19 de junho de 1999 na cidade italiana de Bolonha.

Esta declaração diz respeito a um programa político através do qual, 29 países que compunham a União Europeia estabeleceram entre si novas medidas para o processo educacional superior na época. Este documento é fruto de uma preocupação que se fundava na ideia de que “o sistema educacional estivesse atrasando-se em relação aos avanços na educação superior observados em outros países, cuja consequência seria a perda do estudantado, especialmente para as universidades norte-americanas” (NOGUEIRA, 2012, p. 56).

A Europa possuía vários problemas relativos à educação como: “formações iniciais demasiado longas, elevadas taxas de abandono e repetição de aluno ou qualidade duvidosa de algumas formações, situações que desvalorizam o prestígio e impacto científico e cultural acumulado durante séculos”. (CACHAPUZ, 2009, p. 16).

A saída encontrada para o desvencilho de tais problemas baseou-se na adoção ao modelo norte-americano de ensino e na contenção do fluxo de diplomados europeus para os Estados Unidos baseadas no conhecimento. (ROBERTSON, 2009, p. 410).

As ações consignadas no Processo de Bolonha foram compreendidas no período entre os anos de 1999 e 2010, destacando as relacionadas com o 1) Estabelecimento de um sistema de créditos; 2) Promoção da cooperação

Europeia na garantia da qualidade; 3) Promoção da dimensão Europeia no ensino superior; 4) Aprendizagem ao longo da vida; 5) Instituições do ensino superior (FÁTIMA, 2009, apud, NOGUEIRA, 2012), e graças a essas ações, o processo sob estudo foi considerado para tais países uma das maiores reformas na educação.

Surgia aí um sistema, cujas principais características eram a integração e a competitividade, baseadas ainda no perfil norte-americano de desenvolvimento educacional e através delas transformariam os diversos sistemas educacionais dos países que aderissem a esse mercado educacional unificado tornando-o mais atrativo aos estudantes, tanto europeus como de outros continentes. (NOGUEIRA, 2012)

Logo, sob esta ótica, a construção desse novo sistema europeu de educação idealizado pela Declaração de Bolonha, pode ser considerada como

a chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos” e para a **obtenção de maior compatibilidade e de maior comparabilidade**. Embora se recuse a ideia de simples homogeneização ou padronização, eventualmente menos aceitável face à grande diversidade da educação superior dos países aderentes, insiste-se na harmonização e na necessidade da coordenação de políticas, na promoção da dimensão europeia dos currículos, na cooperação internacional, na mobilidade e no intercâmbio, bem como na cooperação no setor da avaliação da qualidade, tendo em vista vir a desenvolver critérios e metodologias que sejam passíveis de comparação. (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008, p. 10, grifos do autor)

A ideia principal era a de que sem comprometer as especificidades de cada nação, fosse possível para qualquer estudante de qualquer estabelecimento de ensino superior, iniciar a sua formação acadêmica, continuar os seus estudos, concluir a sua formação superior e obter um diploma europeu reconhecido em qualquer universidade de qualquer Estado-membro, harmonizando os sistemas universitários nacionais, de modo a equiparar graus, diplomas, títulos universitários, currículos acadêmicos e adotar programas de formação contínua reconhecíveis por todos os seus Estados membros.

E dessa forma, as instituições de ensino superior passariam a funcionar de modo integrado, num espaço aberto antecipadamente delineado, e regido por mecanismos de formação e reconhecimento de graus acadêmicos homogeneizados desde o início.

“A harmonização das estruturas do ensino superior conduzirá [...] a uma Europa da ciência e do conhecimento e, mais concretamente ainda, a um espaço comum europeu de ciência e de ensino superior, com capacidade de atração à escala europeia e intercontinental.” (BRASIL, 2015,).

Frisa-se que a Declaração de Bolonha finda o Processo de Bolonha iniciado com outra declaração, a de Sobornne, também na Itália no ano de 1998, que indicava os problemas que a Europa enfrentava e a necessidade de mudança, e só em 1999, com a segunda declaração, se chegou à conclusão que as ações referidas acima seriam necessárias objetivando conter tais problemas.

Esses acordos e novos modelos de ensino superior influenciaram diversos países, em especial o Brasil, uma vez que “desde a década de 1960, as mudanças ocorridas no ensino superior brasileiro foram dadas por influência direta dos ‘modelos de ocasião’, isto é, segundo os padrões das universidades norte-americanas e do Processo de Bolonha, mais recentemente”. (NOGUEIRA, 2012, p. 59, grifo da autora).

Essas mudanças que resultaram em impactos para a educação superior brasileira podem ser vistas

“concretamente, [...] ainda que, muitas vezes, carecendo de debate e explicitação. Prototipicamente, dois movimentos importantes estão (ou dependendo de como se encare a questão, foram) colocados na agenda: o projeto Universidade Nova, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). (WIELEWICKI E OLIVEIRA, 2010, p. 228).

Sobre o projeto Universidade Nova, apresentado pelos reitores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Naomar de Almeida Filho, e da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland ao Ministério da Educação, considera-se a

mais recente iniciativa de repensar a instituição universitária brasileira, com vistas à tarefa de atualizá-la, continuamente, frente aos desafios e exigências dos novos tempos, inspira-se fortemente na obra de Anísio Teixeira. Trata-se do movimento Universidade Nova, que vem ganhando adeptos em todo o país, cujo principal objetivo é a reestruturação curricular radical dos programas de formação universitária. (ALMEIDA FILHO apud NOGUEIRA, 2008)

Este projeto implicaria numa transformação radical da atual arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira, visando a superar os desafios de um mundo que se modernizava. E dessa forma, pretendia-se construir um modelo compatível tanto com o Norte-Americano quanto com o Modelo Unificado Europeu, verificado no processo de Bolonha.

A principal alteração proposta na estrutura curricular da universidade brasileira é a implantação de um regime de três ciclos de educação universitária: - Primeiro Ciclo: Bacharelados Interdisciplinares (BI), propiciando formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos seguintes; - Segundo Ciclo: Formação profissional em licenciaturas ou carreiras específicas; - Terceiro Ciclo: Formação acadêmica científica ou artística da pós-graduação. A introdução do regime de ciclos implicará ajuste da estrutura curricular tanto dos cursos de formação profissional quanto da pós-graduação. Além disso, propõe-se a incorporação de novas modalidades de processo seletivo, para o próprio BI e para as opções de prosseguimento da formação universitária posterior. (UFBA, 2007).

Basicamente, seria necessário cursar dois anos iniciais, que seria o 'ciclo básico' da educação superior. Em um segundo momento, deve-se escolher em que área se deseja prosseguir os estudos, para somente então fazer a escolha pela carreira para qual se habilitará. O documento que discutiu a Universidade Nova continha em sua proposta a reestruturação da arquitetura acadêmica da universidade pública, a implantação dos Bacharelados Interdisciplinares (BI) e a expansão de vagas no período noturno. (NORONHA, 2012).

Além deste ajuste na estrutura educacional, o projeto propunha dobrar o número de matrículas até 2012. O intuito do programa era também elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação presencial para noventa por cento e a relação professor-aluno de um para dezoito, ao final de cinco anos. O projeto também estabelece acréscimo de recurso de vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, excluindo-se os inativos.

Ainda neste contexto, é importante destacar que o Projeto Universidade Nova sofreria alguns ajustes e viria a ser denominado posteriormente de Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, que será discutido e analisado nas próximas linhas.

Retomando o tema da padronização defendida por esses programas, há uma questão a ser problematizada, a qual diz respeito à autonomia das instituições de ensino superior sem levar em conta as especificidades de cada instituição, sua cultura, histórico e perfil do estudantado, diminuindo a possibilidade de que seja desenvolvida uma gestão democrática.

5.2 REUNI: DA ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL À CRIAÇÃO DO PROGRAMA, SEUS OBJETIVOS E METAS

O governo federal tem adotado algumas medidas visando ampliar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão acadêmica, física e pedagógica, entre elas, está o REUNI, que tem como objetivo fornecer condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior pública e a criação de novas universidades federais.

Desde a sua criação em 24 de abril de 2007, através do Decreto nº 6.096 no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o REUNI tem buscado ampliar o número de vagas nas Universidades Federais bem como, diminuir a taxa de evasão nos cursos presenciais.

[...] o REUNI objetiva a ampliação das vagas nas Universidades Federais e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. Este programa tem como base a meta da elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007).

Essa medida, porém, tem como foco a racionalização dos gastos públicos, e traz consigo algumas exigências e contrapartidas, ou seja, ao aderir ao programa, as Universidades são obrigadas a cumprir metas quantitativas e qualitativas para que seja realizada então a liberação dos investimentos.

Para Saviani (2010), esses investimentos nas universidades federais, permitiram, de certa forma, a continuidade do processo de expansão das universidades privadas, haja vista as instituições particulares passaram a receber um alento adicional com o programa Universidade para Todos, o

PROUNI, esse programa do governo direcionado para as universidades privadas tem como finalidade a compra de vagas nessas instituições.

Porém, não é foco desta dissertação tecer questionamentos sobre as políticas que envolvem o PROUNI, mas tendo em vista que tanto o programa Universidade para Todos quanto o REUNI fazem parte de um pacote de medidas adotadas pelo governo Lula, é natural que citações como essa apareçam.

Como dito, o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – REUNI, foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Sinalizado em seu artigo 1º, o programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito por um, ao final de cinco anos de cada plano. Além disso, fica a cargo do Ministério da Educação – MEC o estabelecimento dos parâmetros de cálculo dos indicadores que comporão tais metas.

O programa, segundo o Documento Diretrizes Gerais do REUNI (2007, p. 04)

[...] apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE [...], em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social [...], lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007, este programa pretende congrega esforços para uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o MEC cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. (BRASIL, 2007, p. 04)

Reafirmando, o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – REUNI possui metas para dar melhor percepção ao foco que deve ser tomado pelas instituições de ensino superior. Essas metas são:

- a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial para 90%;

- elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 01 professor;
- aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação no prazo de cinco anos, a partir de 2007 – ano de início do Programa – para o cumprimento das metas.

De acordo com o Documento do Diretrizes gerais, o REUNI não defende a adoção de apenas um modelo de graduação para as universidades federais, visto que, ele assume como pressuposto tanto a necessidade de se respeitar a autonomia das universidades, quanto da diversidade dessas instituições, ou seja, o programa efetivar-se-á sem prejuízo dos projetos que já se encontram em desenvolvimento no âmbito do Ministério da Educação e, nesse sentido, se propõe de forma substancializada a agregar esforços e reforçar iniciativas para a ampliação das vagas e a elevação da qualidade da educação nacional (BRASIL, 2007).

Concomitante à ampliação do acesso, aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existente nas universidades federais, também identifica-se a preocupação relacionada à garantia da qualidade da graduação pública, fundamental para que os diferentes caminhos acadêmicos oferecidos possam levar à formação de cidadãos aptos a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, em que a aceleração do processo do conhecimento exige profissionais com ampla e solidificada formação. Por outro lado, é evidente que o ensino superior não deve se preocupar apenas em formar recursos humanos para o mundo profissional, mas, sobretudo formar cidadãos capazes, com espírito crítico e que possam contribuir para a solução de problemas cada vez mais complexos. (BRASIL, 2007)

A partir da adesão das instituições ao programa REUNI e às suas diretrizes, a qualidade almejada para o nível superior de ensino tenderia a ser concretizada, com consequente redesenho curricular dos seus cursos, buscando a valorização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e articulando o ensino superior com a pós-graduação, assim como também fazendo a interface da educação superior com a educação básica, visto que essas orientações já vinham sendo consagradas

na LDB/1996 e referenciadas no Conselho Nacional de Educação – CNE por meio das diretrizes curriculares nacionais.

5.3 REUNI E SUAS DIRETRIZES

Assim como as metas, o REUNI como forma de assegurar que a reestruturação e a expansão programada sejam realizadas com garantia de qualidade acadêmica definiu diretrizes que funcionam como estratégias para norteadora para alcance das metas. Essas diretrizes do REUNI estão elencadas no art. 2º do seu texto constituinte (Decreto nº. 6.096/2007), da seguinte forma:

- I – Redução das taxas, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II – Ampliação da mobilidade estudantil, com a implementação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III – revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias e ensino aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV – Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce especializada;
- V – Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI – Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

É imprescindível saber que o Decreto 6.096/2007 institui o REUNI e dá a ele determinadas diretrizes, as quais estão relacionadas na citação acima, no entanto, posteriormente à publicação do texto legal o Ministério da Educação editou documento oficial que continha um detalhamento de todo o programa, contendo dimensões e aspectos dessas mesmas diretrizes, numa tentativa de dar às instituições que almejassem aderir ao REUNI maior propriedade de como delimitar suas ações, a esse documento o MEC deu o nome de Documento Diretrizes Gerais do Reuni. Infelizmente a correlação da nomenclatura pode causar problemas de identificação, e para isso essa dissertação fará a devida distinção quantas vezes forem necessárias.

5.4 REUNI E SUAS DIMENSÕES

Como relatado, o MEC criou um documento específico, o qual chamou de Documento Diretrizes Gerais do REUNI que explica todas as diretrizes contidas no Decreto 6.096/2007 relacionadas ao programa, e este por sua vez teve sua estruturação baseada em dimensões, cada uma com o conjunto de especificidades combinadas no Plano de Reestruturação das Universidades Federais de acordo com cada instituição.

Essas dimensões visaram pontuar aspectos que, quando de sua implementação, possibilitassem uma concepção flexível de formação acadêmica na graduação, desde que, atendidas as exigências colocadas pelas metas, evitando dessa forma, especializações precoces, mas que por outro lado, contribuíssem para que seu desenvolvimento atendesse às diversidades regionais, às particularidades locais, bem como às múltiplas áreas de conhecimento que integrem os diferentes cursos.

Essas dimensões vão desde o contexto de ampliação ao de reestruturação de acordo como as alíneas expostas abaixo, retiradas do Documento Diretrizes Gerais do REUNI datado de 2007:

(A) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública

1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
2. Redução das taxas de evasão; e
3. Ocupação de vagas ociosas.

(B) Reestruturação Acadêmica-Curricular.

4. Revisão de estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
5. Reorganização dos cursos de graduação;
6. Diversificação das modalidades e graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
7. implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e

8. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.

(C) Renovação Pedagógica da Educação Superior

1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
2. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
3. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de novo modelo.

(D) Mobilidade Intra e Inter-Institucional

1. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.

(E) Compromisso Social da Instituição

1. Políticas de Inclusão;
2. Programas de assistência estudantil; e
3. Políticas de extensão universitária.

(F) Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação

1. Articulação com pós-graduação: Expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica e da educação superior.

Depreende-se das informações a respeito do REUNI, que a qualidade a qual se busca alcançar para o nível da educação superior brasileira tenderá a ser concretizada a partir da adesão dessas instituições ao programa e às suas diretrizes com o consequente redesenho curricular de seus cursos, valorizando

a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e as articulando com os demais níveis de curso, tais como educação básica e pós-graduação conforme explanado anteriormente.

Diante desse cenário, a mobilidade estudantil emerge como um valioso objetivo a ser alcançado pelas universidades federais aderentes ao REUNI, não apenas pelo reconhecimento nacional e internacional dessa prática no meio acadêmico, mas principalmente por se constituir em estratégia de cunho privilegiado de construção de novos saberes e de vivência de outras culturas.

O exercício profissional no mundo atual requer aprendizagens múltiplas e demanda interseção com saberes e atitudes construídos a partir de experiências diversas que passam a ser, cada vez mais, objeto de valorização na formação universitária. Entretanto, a existência efetiva de programas de mobilidade impõe não só condições materiais para que os estudantes se façam presentes em outras instituições. É necessário, sobretudo, superar o problema do distanciamento entre as instituições de ensino estimulando uma cultura de cooperação permanente e garantindo ao aluno o aproveitamento dos conteúdos estudados
(BRASIL, 2007. pgs. 05 e 06).

Fica evidenciado que o objetivo maior por trás da ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil oriundas do REUNI é a igualdade de oportunidades para os estudantes, principalmente aos que se apresentam em condições socioeconômicas desfavoráveis, medida essa diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendida como parte integrante e fundamental de um projeto de nação.

Para a Administração Pública, o REUNI surgia como forma de enfrentar os desafios do novo século que exige, em caráter de urgência, profunda e ampla reestruturação da educação superior e que no contexto democrático atual, signifique um pacto entre governo, instituição de ensino e sociedade almejando a elevação dos níveis de acesso e permanência e do padrão de qualidade.

Segundo o documento Diretrizes Gerais do REUNI (2007 p. 09) nos últimos anos, o governo federal realizou um importante movimento de recuperação do orçamento das universidades federais e deu início a um vigoroso processo de expansão, com a implantação de 49 novas unidades acadêmicas, distribuídas por todo o território nacional, e a criação de dez novas universidades.

Com relação à questão orçamentária, levando-se em conta os recursos do Tesouro Nacional na dotação inicial de 2007, ano de implementação do programa, houve um aumento global de 31,5% em termos reais se comparados à execução orçamentária de 2002. Nesse período, os investimentos nas universidades aumentaram 905%, o custeio obteve um aumento de 63,5%, e houve um acréscimo de 21,9% em pessoal (descontada a inflação e excluídas as despesas com pagamento de inativos e precatórios) com a contratação de mais de 9.000 professores de terceiro grau, 14.000 técnicos administrativos e a abertura de 30.000 novas vagas em cursos de graduação, o Ministério da Educação reafirma seu compromisso com a universidade pública, gratuita e de qualidade.

Está consignado no decreto de Instituição do REUNI que “o ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instituída com I - o plano de reestruturação[...]; II – estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pelas instituições, em atendimento aos objetivos do Programa[...]” (DECRETO 6.096/2007)

Além disso, de acordo com o Decreto nº 6.096/2007, art. 3º, o MEC destinaria ao Programa recursos financeiros que seriam reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

- I – construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa.
- II – compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e
- III- despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação. (BRASIL, 2007b)

Como forma de adesão, as instituições federais submeteriam suas propostas ao REUNI, porém os seus projetos eram postos à aprovação dos órgãos colegiados superiores de cada instituição a fim de que assegurassem que a reestruturação e expansão programadas fossem realizadas com garantia de qualidade acadêmica através de um contrato de gestão no qual constariam alguns aspectos relacionados às diretrizes do programa.

Por sua vez, esses projetos apresentados ao REUNI seriam avaliados em função da consistência entre as exigências do decreto que instituiu o programa, bem como quanto à exequibilidade dessas proposições e caso fossem aprovadas pelo Ministério da Educação, terão sua liberação financeira garantida pelo próprio MEC a partir do ano de 2008, mediante termo de pactuação de metas a ser firmado entre MEC e as universidades.

Apesar da garantia dada pelo MEC de liberação financeira, o atendimento dos planos ainda é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação. Além disso, os planos de reestruturação das universidades que postulem seu ingresso no REUNI, respeitado o princípio da autonomia universitária, deverão indicar as estratégias e as etapas para a realização dos objetivos propostos pelo Programa.

Com base no Documento Diretrizes do REUNI (2007), esses aspectos acima citados devem ser tratados com prioridade pelas instituições federais, pois são de grande relevância para o cenário atual da educação superior brasileira, uma vez que o acesso às universidades ainda é considerado como um meio de inclusão social e de uma possível ascensão social.

5.5O PRIMEIRO ANO DO REUNI

Como forma de divulgação dos primeiros resultados atingidos pelo programa, o Ministério da Educação elaborou em 2008 documento próprio e o publicou em seu sítio eletrônico, que dizia respeito aos alcances do REUNI em seu primeiro ano. Foram relacionados aspectos como adesão das universidades, aumento no número de ofertas de vagas, relação aluno professor, obras nas universidades e expansão no número de campi. Por meio desse relatório, observa-se que a adesão das universidades federais ao programa foi muito expressiva, mesmo está sendo de forma facultativa, fato justificado pela precariedade de recursos materiais e humanos presentes nas universidades federais do país. Logo, das 54 universidades existentes no Brasil ao final de 2007, 53 aderiram ao programa em duas chamadas, conforme quadros abaixo, sendo que a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) criadas, respectivamente, em 2005 e 2008, já nos moldes do REUNI traziam em seu escopo as inovações pedagógicas previstas no

programa. Abaixo encontra-se uma lista de primeira chamada realizada em 29/10/2007 para implementação do programa no primeiro semestre de 2008.

Quadro 1 - Universidades que aderiram ao REUNI - Primeira chamada- 2007

Nº	UNIVERSIDADES
01	Fundação Universidade de Brasília - UnB
02	Fundação Universidade Federal do Piauí
03	Fundação Universidade Federal de Viçosa
04	Universidade Federal do Rio de Janeiro
05	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
06	Fundação Universidade Federal do Acre
07	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
08	Universidade Federal de Pernambuco
09	Universidade Federal de Campina Grande
10	Universidade Federal de São Paulo
11	Fundação Universidade Federal do Maranhão
12	Universidade Federal da Paraíba
13	Fundação Universidade Federal de Roraima
14	Universidade Federal do Pará
15	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
16	Universidade Federal Rural do Semiárido
17	Universidade Federal do Espírito Santo
18	Fundação Universidade Federal de São Carlos
19	Universidade Federal do Paraná
20	Universidade Federal de Goiás
21	Universidade Federal de Santa Catarina
22	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
23	Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT
24	Fundação Universidade Federal de Pelotas - UFPel
25	Universidade Federal da Bahia - UFBA
26	Universidade Federal do Ceará - UFC
27	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
28	Universidade Federal de Lavras - UFLA
29	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
30	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
31	Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS
32	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
33	Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA
34	Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ

35	Fundação Universidade do Rio Grande - FURG
36	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
37	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
38	Fundação Universidade do Amazonas - UFAM
39	Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
40	Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
41	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA
42	Universidade Federal Fluminense-UFF

Fonte: Relatório do Primeiro Ano do Reuni (MEC, 2008)

Nota: Com adaptações do autor

O Relatório do Primeiro ano do Reuni também trouxe uma lista de Instituições de Ensino Superior que aderiram ao programa em sede de segunda chamada em 17 de dezembro de 2007 para implementação do programa no segundo semestre de 2008.

Quadro 2 - Universidades que aderiram ao REUNI - Segunda chamada - 2007

Nº	UNIVERSIDADES
01	Universidade Federal de Alagoas-UFAL
02	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
03	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
04	Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
05	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
06	Universidade Federal de Uberlândia - UFU
07	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
08	Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL
09	Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI
10	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
11	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Fonte: Relatório do Primeiro Ano do Reuni (MEC, 2008)

Nota: Com adaptações do autor

5.5.1 Aumento no Quantitativo das Universidades

No que se refere ao número de vagas em cursos presenciais de graduação no ano de 2007, tido como ano referencial pelo fato de ser o ano de implementação do programa, quando o quantitativo obtinha um total de 132.451 vagas, e após os projetos pactuados houve um aumento para 146.762, ou seja, um acréscimo de 11%, no entanto houve divergência entre o que foi pactuado e

o que foi executado, ocasionando um superávit no número de vagas fazendo com que as universidades federais ofertassem um total de 147.277 vagas, o equivalente a um aumento de 14.826 vagas em relação ao ano de 2007.

Tabela 2 – Número de vagas nos cursos de graduação por período – Brasil - 2008

VAGAS								
Projetadas			Executadas			Diferenças		
Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total
108.553	38.209	146.762	109.690	37.587	147.277	1.137	-622	515

Fonte: Coleta Ping/IFES (dados de execução) e simulador REUni/SIMEC (dados de pactuação)

Nota: Com adaptações do autor

As Matrículas também obtiveram no primeiro ano de execução do programa em 2008, um quantitativo de grande expressão. Foi verificado um crescimento das matrículas projetadas¹¹ nos cursos de graduação. A previsão inicial era de aumento de 10% em relação a 2007 (que totalizava 645.638 matrículas projetadas). Essa meta foi superada, chegando ao final de 2008 com 715.185 matrículas projetadas, ou seja, uma diferença de quase 70 mil matrículas.

O REUNI também se propôs a subsidiar bolsas de assistência ao ensino, objetivando, de acordo com Relatório do Primeiro Ano do Reuni (2008) elevar a qualidade do ensino superior público, através do suporte dado à pos-graduação e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação. O MEC instituiu as Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino, nas modalidades de mestrado e doutorado, cuja concessão dava-se através de parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com recursos descentralizados pelo SESu. Os valores pactuados inicialmente para bolsas de mestrado eram de R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais) e R\$ 1.394,00 (um mil, trezentos e noventa e quatro reais) reajustados em junho de

¹¹ A Matrícula Projetada em Cursos de Graduação Presenciais (MAT) é a projeção total de alunos matriculados na universidade, realizada com base no número de vagas de ingresso anuais de cada curso de graduação presencial, a sua duração mínima padrão e um fator de retenção estimado para cada área de conhecimento.

2008 para R\$1.200,00 e R\$ 1.800,00 respectivamente. É importante salientar que houve diferença entre o número de bolsas executado comparado ao pactuado de acordo com quadro abaixo:

Tabela 3 – Bolsas de Assistência ao Ensino Concedidas – Universidades – Brasil – 2008

TOTAL DE BOLSAS DE ASSISTÊNCIA AO ENSINO					
PACTUADO		EXECUTADO		DIFERENÇA	
Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	(Pactuado-Executado)	
656	352	645	296	1008-941=67	-6,65%

Fonte: CAPES (dados de execução) e simulador REUni/SIMEC (dados de pactuação)

Nota: Com adaptações do autor

5.5.2 Relação Aluno Professor (RAP)

Definido nas metas gerais do programa, a Relação Aluno Professor (RAP) pode ser considerada como um dos principais indicadores de sucesso no cumprimento das diretrizes do REUNI, mostrando como será a relação aluno/professor quando da plena capacidade de operação dos cursos.

No primeiro ano de execução foi possível observar uma média entre as relações das universidades de 17,8 alunos por professor, o que aponta para o cumprimento da meta que equivale ao número 18 já no primeiro ano.

5.6 CRÍTICAS AO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Mesmo com o apoio que o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tem dado às instituições federais, muitas críticas realizadas por intelectuais e educadores são feitas ao plano, dentre elas, a de que o REUNI foi um projeto planejado e aprovado sem a participação popular.

No entanto, às críticas mais severas tratam da questão de que o aumento de vagas, alunos e matrículas não tem sido proporcional ao aumento dos recursos humanos, ressaltando que o aumento no quantitativo não assegura a qualidade.

Porém, apesar das críticas, vale ressaltar que o aumento no número de vagas sempre foi uma reivindicação da sociedade e que o REUNI, tem o desafio de garantir eficiência na alocação dos recursos, de maneira que seja assegurada a qualidade da educação superior pública.

A estrutura física das universidades federais sempre foi bastante criticada pela sociedade, inclusive pela comunidade acadêmica, uma vez que essas instituições possuíam prédios que nunca passaram por reformas, salas com péssimas condições de uso, além do número reduzido de salas de aula, o que dificultava ainda mais a criação de novos cursos.

Em 2008 com a implantação do REUNI, o quantitativo de obras nas universidades apresentou um número considerável conforme quadro abaixo com dados relativos até o dia 31/12/2008.

Tabela 4 - Número de obras do Reuni no exercício de 2008

Em Elaboração de Projetos 77	OBRAS DO REUNI EM 2008			TOTAL
	Em Licitação	Em Execução	Concluída	
	127	103	20	327

Fonte: Módulo de Monitoramento de Obras (SIMEC, 2008).

Nota: Com adaptações do autor.

Vale ressaltar ainda que o programa possibilitou a expansão e interiorização das universidades federais para os municípios brasileiros. Foram implantados 104 novos campi segundo informações do Ministério da Educação. Vejamos quadro abaixo:

Quadro 3 - Campi e Municípios atendidos – Universidades Federais – BRASIL - 2012

TOTALIZAÇÃO DE CAMPI	QUANTITATIVO
Número de Campi Sede	59
Número de Campi Não-Sede	171
Total de campi	230
Número de Unidades na Sede	35
Número de Unidades Fora de Sede	17
Total de unidades	52
Total (campi + unidades)	282
TOTALIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS	
Municípios atendidos por um campus	218
Municípios atendidos por mais de um campus	6
Municípios atendidos somente por unidade (exceções)	11
Número de Municípios	235
Existência	
Novo	104
Pré-existente	151
Previsto	27
Total	282

Fonte: MEC/SESU/DIFES (MEC, 2008)

Nota: Com adaptações do autor.

Outro aspecto que merece destaque como umas das principais contribuições para que as instituições alcancem o cumprimento das metas estabelecidas pelas Diretrizes do REUNI é a contratação de docentes e Técnicos, pois com a ampliação e criação de novos cursos é preciso que exista um contingente maior desses profissionais.

A seguir há um levantamento do número de Docentes e Técnicos contratados durante o período de 2006 a 2012.

Tabela 5 - Número de Docentes (Efetivos, Substitutos e Visitantes) nas Universidades Federais – Brasil – 2006/2012

PERÍODO	QUANTITATIVO DE DOCENTES
2006	55.489
2007	56.440
2008	58.732
2009	63.972
2010	68.335
2011	70.710
2012	71.247

Fonte: Siape/Mpog (MPOG, 2012)

Nota: Com adaptações do autor.

Apesar do aumento do número de docentes, especialmente nos anos que compreendem os anos de 2008 e 2012, interstício correspondente à implementação do REUNI, é possível constatar que o contingente de docentes nas universidades federais ainda não é um número satisfatório pois são ampliadas e criadas novas vagas para a graduação e, faz-se necessário, que as instituições estejam de fato preparadas para receber esses alunos, fato também observado no que concerne à contratação de técnicos administrativos em educação.

Vejamos a seguir no quadro abaixo a representação correspondente aos números de Técnicos Administrativos nas Universidades Federais no período de 2006 a 2012.

Tabela 6 - Número de Técnicos Administrativos nas Universidades Federais – BRASIL – 2006/2012

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO							
ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nº	89.845	88.801	90.413	90.975	94.143	96.208	98.364

Fonte: Siape/Mpog (MPOG, 2012)

Nota: Com adaptações do autor

5.7 O REUNI NA UFS

A partir de agora, serão abordados apenas aspectos relacionados ao REUNI voltados para a Universidade Federal de Sergipe – UFS no que se refere ao processo de adesão ao programa e os resultados obtidos.

5.7.1 A Universidade Federal de Sergipe e o REUNI

A Universidade Federal de Sergipe foi criada em 28 de fevereiro de 1967, através do Decreto-Lei n.º 269, porém a sua instalação efetiva ocorreu apenas no ano seguinte.

Sergipe foi um dos últimos estados a ter uma Universidade Federal, e sem sombra de dúvidas essa novidade foi um marco para a história do estado haja

vista a criação da UFS ter dado um grande impulso à educação superior nessa unidade federativa.

Em 1970, a Universidade entrou numa fase de estruturação administrativa, com a criação do Campus Universitário, na gestão do então Reitor José Aloísio de Campos, através do Programa de Expansão e Melhoria das Instituições de Ensino Superior (PREMESU).

Porém, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2010, foi apenas na década de 90, que a UFS começou a apresentar um crescimento significativo, podendo ser comprovado através dos indicadores de produção utilizados nas instituições de ensino superior no Brasil.

Durante a trajetória da UFS, foram implementadas melhorias não somente na sua estrutura física, e na relação de interação com a comunidade externa, mas principalmente no número de cursos oferecidos.

Esse crescimento estratégico demonstra o importante papel da instituição como propulsora do desenvolvimento do Estado de Sergipe. Congênere aos outros programas de crescimento destinados às Universidades do país, a Universidade Federal de Sergipe aderiu ao REUNI, fato que representaria um considerável impulso nesse crescimento.

No entanto, assim como nas outras Universidades Federais, a adesão da Universidade Federal de Sergipe também gerou inúmeras críticas e protestos, que vinham não apenas da parte dos estudantes, e dos conselheiros do CONEPE, mas de alguns discentes que também se posicionaram contrários alegando que a aprovação do projeto ocorreu sem que tivesse sido realizada uma discussão pública sobre o programa.

Para Melo e Santana (2010), as críticas eram feitas, pois a comunidade acadêmica esperava que fosse realizado um plebiscito para que o programa fosse votado. Segundo as autoras, outro fator que motivou as críticas era a exigência de adesão ao programa já com o cumprimento das metas antes que os recursos fossem liberados, o que demonstrava a falta de um planejamento mais estruturado.

Porém, apesar dos protestos e críticas, o REUNI foi aprovado no dia 25 de outubro de 2007 através da Resolução nº 40/2007/CONEPE para o período de 2008 a 2012. No entanto, é preciso enfatizar que já existia um interesse da parte da UFS em ampliar o seu acesso, porém faltava-lhe recursos financeiros

para que os objetivos fossem pretendidos. Recursos esses que começariam a chegar graças à resolução nº 21/2009/CONEPE que aprova a regulamentação do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Sergipe – REUNI-UFS.

Esta última resolução de nº 21, que regulamenta o programa na UFS consigna através do artigo 2º que o REUNI-UFS “tem como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes de graduação, para a elevação do nível de qualidade dos cursos e para melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes na UFS”. (CONEPE, 2009)

Nota-se que o intuito embasador das políticas educacionais que envolviam o REUNI na UFS não se tratavam tão-somente de recursos financeiros, mas sim que fosse possível através da injeção desses recursos adquirir condições não só para a ampliação do acesso como da permanência.

Em relação à meta do REUNI-UFS, nota-se que há uma vinculação direta com a meta do REUNI a nível Brasil que é elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais, por professor, para dezoito, ao final do período que se estende de 2008 a 2012. (CONEPE, 2009)

Da mesma forma, as Diretrizes REUNI-UFS seguem a linha do país e são as seguintes:

- I. redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II. ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III. revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV. diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V. ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, e,
- VI. Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Essas diretrizes retratam o que fora dito em linhas atrás, que já existia por parte da UFS o objetivo de expansão, portanto esse pensamento não nasce com

o REUNI e sim torna-se realidade. Aliás, há de ressaltar que existiam por parte das universidades, não só da UFS, reivindicações para que esse crescimento e reestruturação acontecessem. Logo, nota-se então, que o REUNI nasce em virtude das reivindicações postuladas pelas universidades e de algumas classes como sociedade e alunos.

5.7.2 A Extensão da UFS

Apesar da existência do programa de apoio a planos de reestruturação ter tido grande significado no que concerne à efetivação dos pedidos realizados pelas Universidades, como dito, havia um plano de expansão da UFS sujeito à liberação de verbas do MEC, o qual continha o perfil tanto de reestruturador da parte física da Universidade como acadêmico, graças da postulação do ingresso de novos cursos na grade.

Ou seja, o REUNI surgiu entremeando esse plano de expansão que já havia começado, embora tímida e simbolicamente, e através dele pôde ser real.

De acordo com dados fornecidos pela UFS através de seu relatório de gestão 2004-2012 foram investidos mais de R\$ 190 milhões em projetos de ampliação da estrutura física dos campi já existentes bem como na criação dos três novos campi nos municípios de Itabaiana, Laranjeiras e Lagarto, formando o atual complexo de campi da Universidade Federal de Sergipe: Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, sede da UFS, localizada na cidade de São Cristóvão; *Campus* da Saúde Prof. João Cardoso Nascimento Junior, em Aracaju; *Campus* Universitário Prof. Alberto Carvalho, localizado em Itabaiana; *Campus* de Laranjeiras, sediado na cidade de mesmo nome e; *Campus* Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, localizado na cidade de Lagarto.

Além do surgimento desses novos campi, também foram realizadas diversas ações no sentido de democratizar o acesso, ampliando e reestruturando as quantidades de vagas e as formas de ingresso na Instituição. Essas ações serão disseminadas nas próximas páginas.

5.7.3 Plano de Expansão

Não há como se falar em REUNI sem antes falar sobre o plano de expansão da UFS cujo nascimento data do ano de 2004 bem antes do surgimento do programa que o apoiaria.

Conforme informações trazidas pelo Relatório de Gestão 2004-2012 da UFS ao propor o Plano de Expansão da UFS para o período 2004 a 2008 a Universidade identificou explicitamente a existência de algumas barreiras que impediam o seu crescimento. Para deixar claras as propostas diante do MEC e consequentemente credenciar-se para obtenção de recursos, foram formulados alguns compromissos pela nova equipe gestora, a saber:

- Ampliar a oferta de vagas dos cursos de graduação, diurnos e noturnos, oportunizando **a inclusão social** duradoura e a diminuição da desigualdade social e regional, ao formar profissionais, professores e pesquisadores;
- Diversificar a oferta do ensino de graduação com a implantação de cursos em áreas relativamente pouco contempladas na oferta atual, como Engenharia e Artes;
- Ampliar e consolidar os programas de pós-graduação existentes;
- Ampliar a interiorização das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Estimular experiências de Educação a Distância;
- Ampliar o programa de bolsas acadêmicas a fim de assegurar a permanência de estudantes carentes por meio de programa de monitoria e prestação de serviços à comunidade;
- Intensificar as relações com o setor produtivo por meio de transferência de tecnologia de processos, produto e gestão;
- Disseminar as práticas de tecnologia social para encontrar soluções aos problemas identificados pelas comunidades carentes do Estado;
- Implantar Centros de Vivências, novos laboratórios e concluir o Polo de Novas Tecnologias da UFS;
- Transformar o Hospital Universitário em hospital de alta complexidade, assegurando a sua autogestão e viabilizando o seu crescimento, assim como a ampliação dos seus serviços;
- Ampliar o quadro docente efetivo e de servidores técnicos administrativos da Universidade a fim de suprir a defasagem atual e preparar a instituição para os desafios propostos;
- Implantar o programa de valorização de recursos humanos e modernizar a gestão através da programação e controle orçamentário e financeiro, da implantação de sistemas de custos e da reestruturação organizacional. (UFS, 2012)

Logo, infere-se que o grande desafio, portanto, era o de instaurar um processo de mudanças contínuas notado claramente nos objetivos acima, com base naquilo que foi identificado como gargalos do crescimento, consignando e

ampliando o papel da UFS como promotora pública do desenvolvimento científico e tecnológico no Estado de Sergipe.

Através dessas propostas relacionadas no plano de expansão, a UFS consegue adquirir recursos oriundos do Tesouro, colocados no Orçamento da Instituição através de Emendas Parlamentares ao Orçamento da União.

Esses recursos permitiram inicialmente a construção do prédio do Departamento de Matemática; a construção do prédio de Didática II do Campus da Saúde Prof. João Cardoso Nascimento Júnior; o prédio da Rádio Universitária; o Departamento de Estatística e Ciências Atuariais; a modernização da estrutura física do Campus de São Cristóvão e do Campus da Saúde. (UFS, 2012)

Havia uma razão bem notável relacionada ao compromisso firmado que dizia respeito à transformação do Hospital Universitário em hospital de média e, em seguida, alta complexidade, que era adquirir maior viabilidade na disputa por maiores verbas da saúde. Reflexo desse compromisso, em 2006 foram criados 30 novos leitos hospitalares e, em 2007, mais 29, com o devido cadastramento no Sistema Único de Saúde – SUS, o que possibilitou arrecadação de outras receitas destinadas à sua manutenção.

Ainda com Recursos do Tesouro, foram realizadas várias reformas e adaptações com o objetivo de criar condições para executar de forma consequente as ações propostas no Plano de Expansão da UFS conforme imagens abaixo:

.

Imagem 1 - Hospital Universitário – Universidade Federal de Sergipe – 2015



Fonte: UFS (2012)
Autor: Adilson Andrade

Imagem 2 – Didática II do Campus da Saúde – UFS – BRASIL



Fonte: UFS (2012)
Autor: Adilson Andrade

Imagem 3 – Rádio UFS - Inaugurada em 28/09/2007 – UFS - BRASIL



Fonte: UFS (2012)
Autor: Adilson Andrade

No entanto, A UFS não se valeu apenas de recursos originados do governo para o seu crescimento, ela estabeleceu parceria através de um importante trabalho de relações institucionais possibilitando uma melhor divulgação das potencialidades da Instituição, permitindo adicionais ingressos de recursos que se consolidaram em importantes obras.

Assim, já em 2006, a UFS realizou parceria com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 1.813.745,00 (um milhão, oitocentos e treze mil e setecentos e quarenta e cinco reais) para a construção de um Centro de Vivência na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, que abrigaria uma agência do banco, lanchonetes, copiadoras e outras atividades de atendimento aos estudantes, além de uma área com capacidade para 2.500 cadeiras destinada à realização de formaturas e outras solenidades de grande público. (UFS, 2012)

Sendo assim, um dos compromissos que dizia respeito à implantação do Centro de Vivência já estava firmado sem a injeção de recursos do tesouro propriamente dito, o que denota uma nova política que vem se expandindo nas instituições públicas no Brasil, conforme imagem abaixo.

Imagem 4 – Centro de Vivência – UFS - BRASIL



Fonte: UFS

Autor: Adilson Andrade

As parcerias da UFS para injeção de recursos não se esgotam no universo do Banco do Brasil, no mesmo ano, agora com a PETROBRAS, a UFS assinou Termo de Cooperação objetivando a montagem de um Centro de Excelência em Petróleo, Gás e Biocombustíveis (NUPEG) “capaz de consolidar linhas de pesquisa em áreas de tecnologia e gestão, bem como aprofundar o ensino de graduação e de pós-graduação, possibilitando a ligação entre o avanço do conhecimento científico e as oportunidades tecnológicas de uso industrial.” (UFS, 2012). Percebe-se, logo, o avanço de novas áreas de conhecimento, de forma a consolidar o avanço técnico-científico imprescindível às referidas parceiras.

5.7.4 A Influência do REUNI Na UFS

Mais uma vez, o plano de expansão da UFS, nasce em resposta aos anseios das classes atingidas direta e indiretamente pela instituição, seja a classe discente, a sociedade ou os professores em geral. Todos os avanços ocorridos até o ano de 2006 indicavam o começo de uma reestruturação considerável que atingiria à Universidade tomando força graças ao Apoio dado pelo Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – REUNI criado em 2007.

Apesar dos grandes avanços observados com o Plano de Expansão, as ações implementadas ainda estavam no seu momento inicial. O grande salto para a consecução de obras imprescindíveis aos anseios de expansão e interiorização da UFS foi a realização, pelo Ministério da Educação, do Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). (UFS, 2012)

Em 2007, o Ministério da Educação lançou o edital MEC/SESU nº 08/2007 convocando não só a UFS, mas as demais Instituições Federais de Ensino Superior a apresentarem propostas para apoio aos seus planos de reestruturação e expansão, e que essas deveriam contemplar seis dimensões:

1) ampliação da oferta de educação superior pública; 2) reestruturação acadêmico-curricular; 3) renovação pedagógica da educação superior; 4) mobilidade intra e interinstitucional; 5) compromisso social da instituição; 6) suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação. (BRASIL, 2007)

Como dito em linhas anteriores, é nessa hora que a crítica ao REUNI se funda, enquanto organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e representações sindicais afirmam que não foram consultadas a respeito das ações do REUNI, a UFS afirma que

depois de um processo de discussões administrativas sobre objetivos e metas pretendidas pela Instituição, foram convocados todos os Centros, Departamentos, Núcleos de Graduação e de Pós-graduação, membros do Conselho Superior (CONSU) e do Conselho de Ensino e Pesquisa (CONEP) assim como a todos os Centros Acadêmicos Estudantis para que cada organismo promovesse uma discussão interna sobre a questão do REUNI, possibilitando a democratização dos objetivos e metas pretendidas pela UFS para a reestruturação e expansão da Universidade. (UFS, 2012)

Porém, de acordo com França (2011, p. 07) “a aprovação do REUNI causou polêmica e alvoroço. No dia 25 de outubro de 2007 estudantes da referida instituição, oriundos de Centros Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes, e do Movimento Resistência e Luta, tentaram barrar a aprovação do plano na reunião do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONEPE) com faixas, apitos e gritos de guerra. ”

A principal crítica ao REUNI até então dizia respeito ao fato dele ter sido imposto mediante decreto, que é um ato legislativo privativo ao presidente da

República e que não necessita de aprovação nem do Senado e nem da Câmara dos Deputados.

O Reitor da UFS, Josué Modesto dos Passos Subrinho (2009), em contrapartida, declarou que “a expansão não elimina todos os problemas, mas gera outros que, de forma geral, são bons problemas e nós precisamos saber lidar com isso”.

Em entrevista para o blog do Centro Acadêmico Silvio Romero (CASR, 2007), vinculado ao site da UFS, o conselheiro Napoleão dos Santos Queiroz disse ser contra o projeto pela forma como foi apresentado sem discussão pública. “O compromisso do governo federal é fazer expansão com qualidade, inchar a universidade está longe de democratizar o acesso (CASR, 2007).

Em suma, a razão dessa crítica está no fato de que apenas setores internos foram consultados enquanto o alcance das ações das universidades transcende este limite.

O fato é que, colocada em votação, a Proposta de Reestruturação e Expansão da UFS (REUNI/UFS) recebeu parecer favorável do CONEPE, consubstanciado na resolução nº 40/2007, aprovando então as diretrizes, objetivos e metas do Plano para a Universidade Federal de Sergipe.

Finalmente, em março de 2008, fora formalizado termo de compromisso entre a UFS e o MEC para a implementação das propostas do REUNI/UFS que previa a disponibilização de recursos financeiros da ordem de R\$ 55.887.648,75 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos) para investimento e de R\$ 25.107.519,65 (vinte e cinco milhões, cento e sete mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos) para custeio/pessoal, sendo o último incorporado ao orçamento da instituição após o cumprimento das metas estabelecidas. A distribuição dos recursos ficou assim determinada:

Tabela 7 - Recursos destinados pelo MEC para execução do REUNI/UFS – 2007/2012

RECURSOS DESTINADOS PELO MEC PARA EXECUÇÃO DO REUNI/UFS						
ITEM	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Custeio/Pessoal	0	1.867.016,89	6.349.264,89	11.592.453,04	17.581.620,38	25.107.519
Investimento	3.123.061,71	2.083.347,47	16.893.070,86	16.893.070,86	16.893.070,85	0

Fonte: UFS, 2012

Nota: com adaptações do autor

De acordo com os dados da UFS, “foram esses recursos que permitiram a execução do ousado programa de obras que se instalou na UFS, com a ampliação da área construída e modernização da infraestrutura nos Campi das cidades de São Cristóvão e Aracaju bem como a implantação dos novos campi no interior de Sergipe” (UFS, 2012)

Outro ponto a ser observado, além das obras estruturais, diz respeito à acessibilidade dada à UFS, adequando-a à legislação vigente relacionada ao tema (Decreto-lei 5.296 de 2 de dezembro de 2004, lei n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade) e reafirmação do pacto firmado com o MEC sobre ampliar políticas de inclusão e assistência estudantil, através da colocação de piso tátil, elevadores e plataformas para deficientes, mapas táteis, totens, poltronas para obesos e deficientes, bancos retráteis, para chuveiros de deficientes, bebedouros para deficientes, placas de sinalização em chapa galvanizada.

Fugindo um pouco da reestruturação física, e tecendo sobre a parte acadêmica, de acordo com dados da Coordenação de Concurso Vestibular da UFS (CCV-UFS) já podemos notar o reflexo da presença do REUNI. Segundo dados da Coordenação, no segundo semestre de 2007, a UFS ofertou 2.915 vagas em 64 cursos e habitações, com apenas 22 cursos oferecidos à noite que geravam 1.085 vagas. A meta proposta pelo REUNI-UFS até 2012 era de 4.885 vagas nos cursos presenciais sendo 1.805 dessas à noite. No processo seletivo vestibular 2011 foram ofertadas conforme dados da CCV (2010), 5.260 vagas em 102 cursos e habilitações, sendo 1.985 em cursos noturnos e de período integral, o que mostra que a UFS já conseguiu alcançar essa meta com sucesso antes do final do prazo.

Em relação às medidas contra a evasão, a UFS propôs a oferta de períodos especiais, chamados de verão e inverno, para as disciplinas bloqueadoras para o desenvolvimento curricular dos alunos; aceitar que o aluno com média igual ou maior que sete matricule-se em mais disciplinas do que rege o projeto pedagógico do curso, e realizar aproveitamento de estudos, e permitir a aprovação de alunos mesmo sem a frequência de 75% com a condição que a média seja igual ou superior a sete.

Imagem 5 – Prédio da Didática 5 inaugurado em 16/05/2008 - UFS



Fonte: UFS (2012)
Autor: Adilson Andrade

Imagem 6 – Prédio da Didática VI inaugurado em 15/08/2011 - UFS



Fonte: UFS (2012)
Autor: Adilson Andrade

Imagem 7 – Prédio da Centro de Ciências Sociais Aplicadas inaugurado em 22/11/2011 - UFS



Fonte: UFS (2012)
Autor: Adilson Andrade

5.7.5 A Interiorização do Crescimento

Nessa linha de mudanças em que está contido o REUNI, faz-se necessário tecer sobre o tema interiorização do crescimento, que é uma política administrativo-educacional que consiste no desenvolvimento de determinada região através da educação usando os pilares da manutenção do aluno em sua cidade de origem e instalação de estruturas físicas de instituições de ensino, fazendo com que regiões com menor índice populacional e econômico possam com o tempo serem autossustentáveis.

No contexto da UFS, houve essa interiorização em seus campi, matéria que será tratada mais adiante e o REUNI teve papel importante e financiador de muitas das ações envolvidas nesse processo, seja através da própria criação de alguns campi ou até mesmo da injeção de recursos nos existentes, subsidiando ainda mais o contexto da interiorização.

5.7.6 A Instalação do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho - Itabaiana

Em março de 2005, a UFS encaminhou a criação de um *Campus* na Cidade de Itabaiana visando atender a forte demanda de uma das regiões geograficamente estratégicas do interior do Estado, bem como ao propósito da Universidade de interferir de forma incisiva no desenho social e econômico dessa

região através da interiorização das suas ações. Foi assinado o Convênio nº 149/2005 entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal de Sergipe num valor total de aplicação de recursos de R\$ 10.195.000,00 (dez milhões, cento e noventa e cinco mil reais), dos quais R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) seriam liberados ainda no exercício de 2005, R\$ 4.445.000,00 (quatro milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil reais) no exercício de 2006 e R\$ 1.750.000,00 (um milhão setecentos e cinquenta mil reais) no exercício de 2007, ano que também seria aprovado o REUNI.

5.7.7 Criação do Campus de Laranjeiras

Em 2000, a cidade de Laranjeiras foi incluída no Programa Monumenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Ministério da Cultura (MinC) como um dos municípios brasileiros detentores de Sítios Históricos Urbanos Nacionais considerados patrimônio histórico, artístico ou arquitetônico sendo eleita para a carta consulta que foi enviada em 2002 e finalmente teve o convênio assinado em 2004.

Como ação estratégica para alcançar os objetivos do Programa e atender a demandas históricas da comunidade sergipana nas questões culturais e artísticas foi celebrado no dia 16 de agosto de 2006 um Protocolo de Cooperação entre a União, por intermédio do Ministério da Cultura, o Estado de Sergipe, o Município de Laranjeiras e a Universidade Federal de Sergipe, objetivando a instalação do Campus de Laranjeiras e a implantação dos cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, Teatro, Dança e Museologia. Com o propósito de dar sustentabilidade ainda maior a suas ações e de participar ativamente do processo de desenvolvimento regional, a UFS enviou ao Ministério de Educação o Projeto Acadêmico do Campus de Laranjeiras, visando a sua inclusão no Programa REUNI.

Em 10 de novembro de 2006, o Conselho Universitário – CONSU – através da Resolução nº 48 criou o Campus de Laranjeiras com os Departamentos e cursos especificados no quadro abaixo:

Quadro 4 – Relação de Cursos e Departamentos do Campus Laranjeiras - UFS – BRASIL – 2008

DEPARTAMENTO	CURSO
Arqueologia	Arqueologia/Bacharelado
Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo/Bacharelado
Dança	Dança/Licenciatura
Museologia	Museologia/Bacharelado
Teatro	Teatro/Licenciatura

Fonte: Relatório de Gestão 2004-2012 UFS (UFS, 2012)

Nota: com adaptações do autor

5.7.8 Criação do Campus de Lagarto

Em 12 de junho de 2009, foi realizada a solenidade de lançamento do Campus da Cidade de Lagarto, com a presença do Ministro da Educação Fernando Haddad, do Governador do Estado Marcelo Deda e do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva além de personalidades políticas e representantes dos vários poderes do Estado.

Com o objetivo de atender a região Oeste do Estado a qual abrange 26 municípios sergipanos e cerca de 650.000 habitantes a implantação de um *campus* Universitário na Cidade de Lagarto teve como objetivo atender a essa população O projeto visava criar 8 (oito) cursos de graduação, todos da área da saúde, totalizando 400 (quatrocentas) vagas anuais(50 vagas por curso). Os cursos considerados foram: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Farmácia e Terapia Ocupacional. Os cursos foram escolhidos baseados nos graves problemas apresentados na região tais como altos índices de pobreza e elevada taxa de analfabetismo que agravam os problemas de saúde, outro fator que favoreceu a implementação dos cursos na área da saúde na região se deu devido ao fato de que o Governo do Estado de Sergipe já possuía um projeto de ampliar e interiorizar a rede hospitalar do estado o que facilitou a implantação do campus em Lagarto.

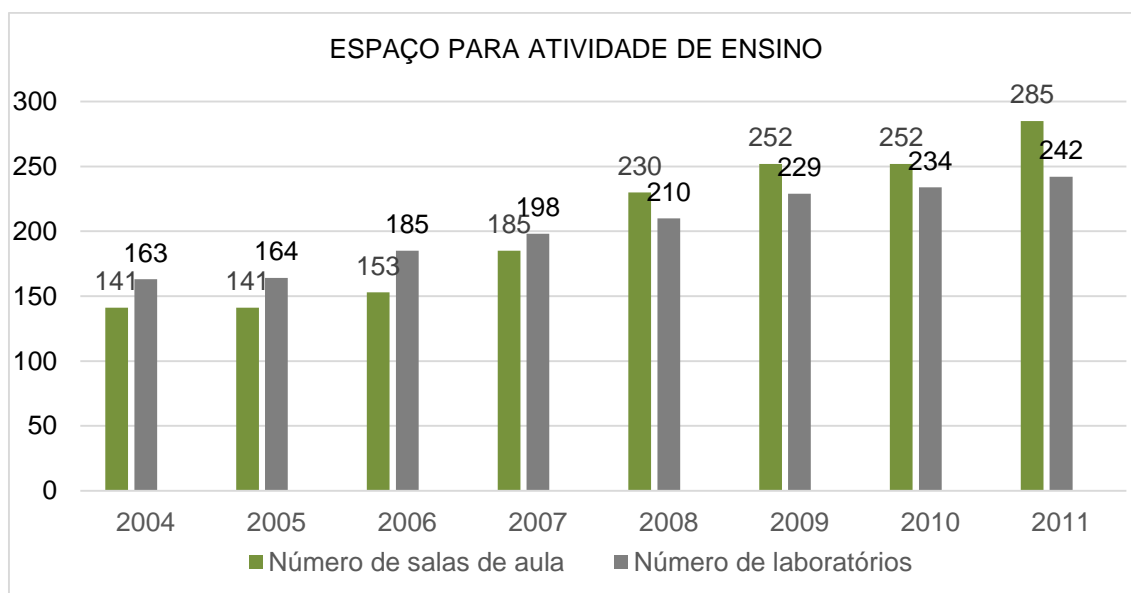
Segundo o Relatório de Gestão da UFS (2004-2012, p. 46 e 47) Governo de Sergipe colocou à disposição da Universidade Federal de Sergipe para a viabilização do Campus, foram a área para a sua instalação, construção, compra de equipamentos, além da disponibilização do Hospital Regional de Lagarto em construção, o Centro de Especialidade Médica, o Centro de Especialidade

Odontológica, as Clínicas de Saúde da Família, a Farmácia Popular e a estrutura do SAMU representando investimentos da ordem de mais de R\$ 20 milhões. Contando com a contrapartida do Governo do Estado, os custos totais, incluindo recursos do Governo Federal para implantação do Campus de Lagarto, foram estimados em R\$ 54,8 milhões, incluindo os recursos do Governo Federal para subsidiar a implantação do campus de Lagarto, foram estimados em R\$ 54,8 milhões de reais.

5.7.9 Os Resultados da Expansão

Diante de todas as ações desempenhadas no contexto do REUNI e até mesmo antes dele é possível identificar nítidas transformações na Universidade Federal de Sergipe, principalmente no que compete à reestruturação física: o número de salas de aula dobrou e o de laboratórios cresceu cerca de 50%, conforme quadro abaixo.

Gráfico 2 – Espaço para Atividade de Ensino – UFS – 2004/2011

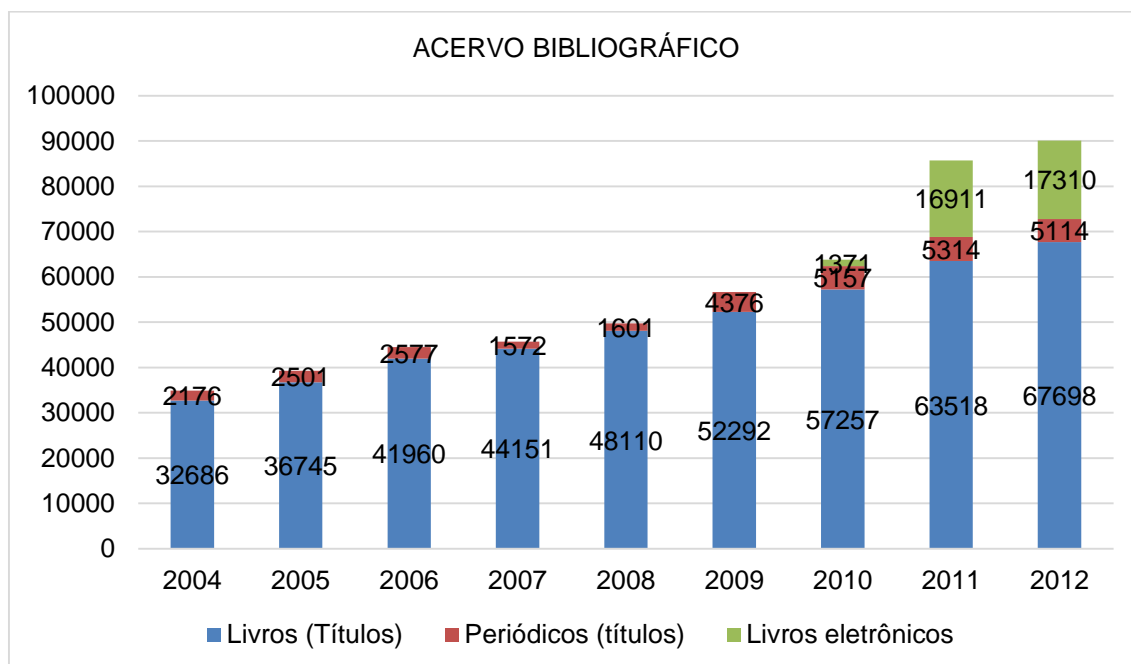


Fonte: Relatório de Gestão 2004-2012 UFS (UFS, 2012)

Nota: com adaptações do autor

O acervo bibliográfico das bibliotecas foi ampliado e modernizado. Em 2012, as bibliotecas da UFS contavam com mais de 209 mil livros convencionais (67.698 títulos) e outros 17,8 mil livros eletrônicos, além de 5,3 mil títulos de periódicos à disposição, conforme dados abaixo. Restava então comprovar a ampliação e democratização do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade Federal de Sergipe.

Gráfico 3 – Acervo Bibliográfico – UFS – 2004/2012



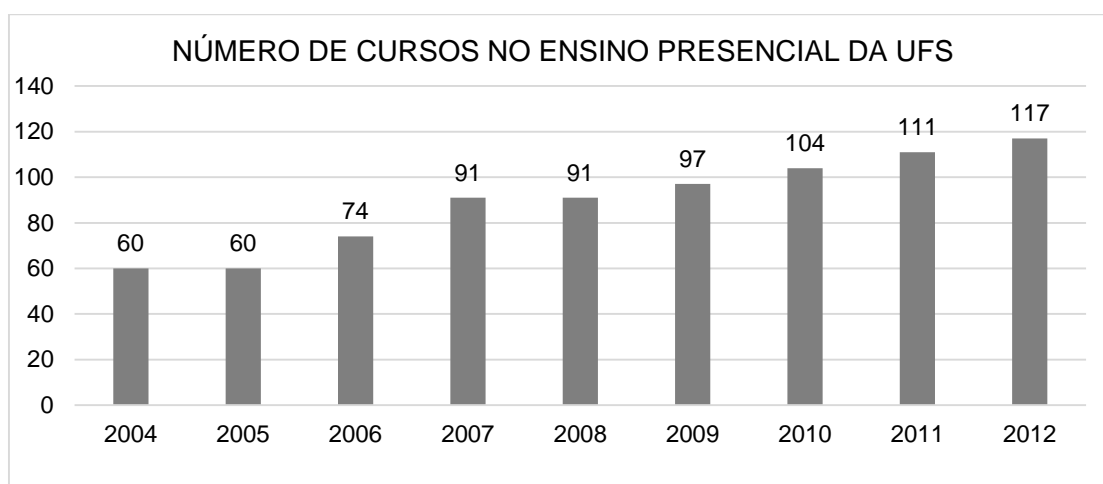
Fonte: Relatório de Gestão 2004-2012 UFS (UFS, 2012)

Nota: com adaptações do autor

5.7.10 Crescimento da Graduação

No período que compreende os anos de 2004 e 2012, antes e pós REUNI o ensino de Graduação teve um avanço significativo. Novos cursos foram criados e a quantidade de vagas mais que dobrou. Entre 2006 e 2012 foram criadas 57 novas opções de cursos em todo os *campi* da Universidade, quase que duplicando as opções já existentes. A meta de ampliar o número de vagas foi plenamente alcançada. O crescimento entre 2004 e 2012 foi da ordem de 174%, o que representa mais de 2,5 vezes o número de vagas encontradas em 2004, conforme tabela abaixo.

Gráfico 4 – Número de cursos no ensino presencial – UFS – 2004/2012



Fonte: Relatório de Gestão 2004-2012 UFS (UFS, 2012)

Nota: com adaptações do autor

O crescimento do número de vagas está associado à interiorização da Universidade. Em 2006, o *Campus* Professor Alberto Carvalho lançou seu primeiro vestibular oferecendo 500 vagas entre 10 opções de cursos. Em 2007, o *Campus* de Laranjeiras começa a ofertar suas 250 vagas (5 cursos) e finalmente, em 2011 e 2012, a cidade de Lagarto é contemplada com a oferta de 300 e 400 vagas respectivamente, a partir do início das atividades do *Campus* Prof. Antônio Garcia Filho.

A Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos (São Cristóvão) continuou com maior oferta de vagas entre os campus da UFS por ser a sede e por contemplar o maior número de departamentos e cursos. Outras vagas são disponibilizadas no *Campus* Prof. João Cardoso do Nascimento Junior (Aracaju) com cursos da área da saúde. Nos cursos de ensino semipresencial (EAD) foram ofertadas outras 2.900 vagas, somando um total de 8.390 oportunidades de acesso em todas as modalidades de ensino da Universidade Federal de Sergipe em 2012.

Houve também uma importante mudança qualitativa: diversos cursos passaram a ser oferecidos no turno noturno, beneficiando parcela importante da população que realiza outras atividades durante o dia. Os cursos de licenciatura receberam especial atenção, sendo esse grupo de cursos os mais beneficiados em virtude de sua importância para a formação de professores das redes públicas e privadas de ensino no Estado. Além disso, o Programa de Ações

Afirmativas¹² (PAAF) permitiu maior justiça social na distribuição das vagas ofertadas. Um levantamento feito pelo Prof. Frank Marcon, do Departamento de Ciências Sociais, demonstrou a prevalência absoluta dos alunos da escola particular em alguns cursos da UFS, “o que indica um quadro de reprodução extremamente elitista de tais profissões, em áreas tradicionalmente consideradas de prestígio social e econômico em Sergipe ou no Brasil” segundo o estudo. Em 2010, com a implementação do PAAF no vestibular, a realidade já se mostrava alterada. A comparação entre 2009 (antes do PAAF) e 2012 (depois do PAAF) é bastante significativa.

As matrículas cresceram no mesmo patamar do número de vagas consubstanciando o acesso da população ao ensino superior do Estado. Se em 2004 o número de alunos matriculados na UFS estava na faixa dos 10 mil alunos, hoje (2012) são mais de 31 mil alunos que fazem parte da comunidade acadêmica universitária (25.456 matriculados no ensino presencial e 5.562 no ensino a distância). A oferta maior de vagas para o período noturno fez com que o número de matriculados nesse turno aumentasse mais de 180% nos 8 anos estudados, configurando outra vitória da UFS na democratização do acesso ao ensino de graduação.

A tabela abaixo demonstra os novos cursos criados no período de 2006 e 2012. Destaque para o ano de 2007, onde foram criados 15 novos cursos.

Quadro 5 – Novos cursos por Campus - UFS – 2006/2012

CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ ALOÍSIO DE CAMPUS	
2006	2009
1. Química Tecnológica	20. Engenharia Elétrica
2. Zootecnia	21. Engenharia da Computação
3. Farmácia	22. Ciências Atuariais
4. Português/Francês	23. Biblioteconomia e documentação
2007	24. Relações Internacionais
5. Sistemas de Informação	25. Audiovisual
6. Engenharia de Materiais	26. Publicidade e Propaganda

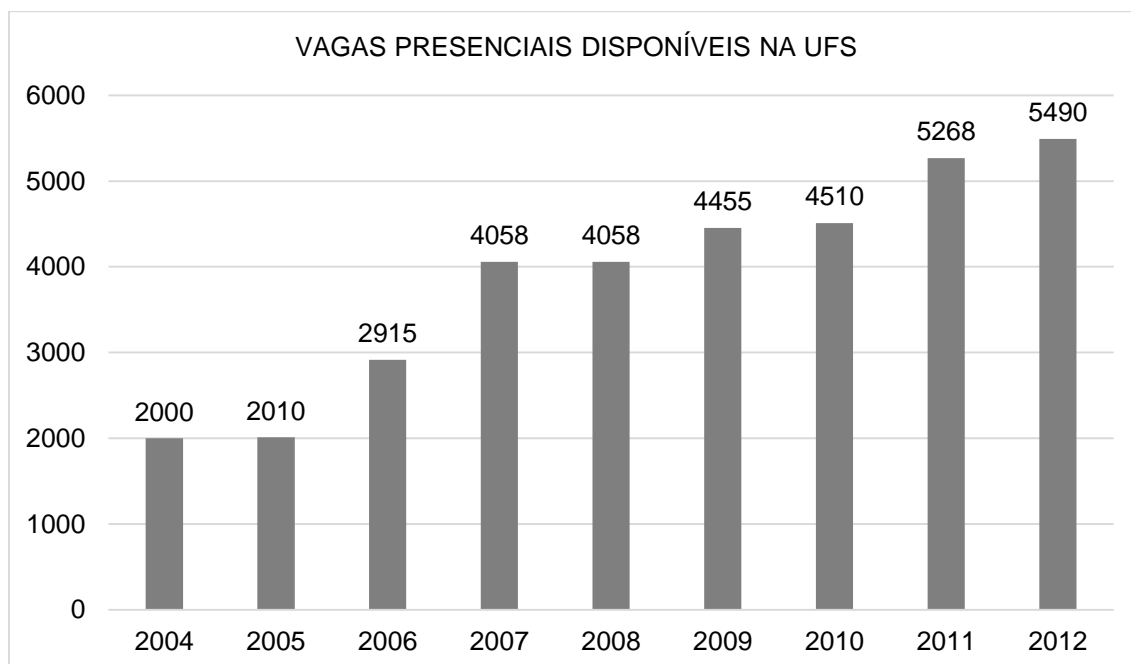
¹² O PAAF é um programa de Ações Afirmativas que defende a entrada de alunos da escola pública na universidade pública.

7. Engenharia Mecânica	2010
8. Nutrição	27. Engenharia de Petróleo
9. Educação Física – Licenci.	28. Engenharia Ambiental
10. Educação Física – Bachar.	29. Ecologia
11. Geologia	30. Engenharia Agrícola
12. Engenharia de Pesca	31. Medicina Veterinária
13. Fisioterapia	2011
14. Fonoaudiologia	32. Astronomia
15. Engenharia de Produção	2012
16. Secretariado Executivo	33. Matemática Aplicada e Computacional
17. Turismo	34. Ciências de Religião
18. Português/Espanhol	
19. Música	
C. PROF ALBERTO CARVALHO	C. PROF ANTONIO GARCIA FILHO
2006	2011
1. Sistema de Informação	1. Enfermagem
2. Administração	2. Farmácia
3. Ciências Biológicas	3. Fisioterapia
4. Ciências Biológicas	4. Fonoaudiologia
5. Física	5. Nutrição
6. Geografia	6. Terapia Ocupacional
7. Letras Português	2012
8. Matemática	7. Medicina
9. Pedagogia	8. Odontologia
10. Química	
CAMPUS DE LARANJEIRAS	
2007	
1. Arquitetura e Urbanismo	
2. Dança	
3. Teatro	
4. Museologia	
5. Arqueologia	

Os gráficos a seguir apresentam os quantitativos de vagas totais na UFS e por Campi universitário.

Fica evidente o aumento significativo do número de vagas totais entre os períodos de 2004 e 2012, o aumento em termos percentuais foi de 174%. Isso pode ser facilmente justificado quando observamos a tabela acima apresentando a criação dos novos cursos na Universidade Federal de Sergipe.

Gráfico 5 – Número vagas presenciais disponíveis na UFS – UFS – 2004/2012



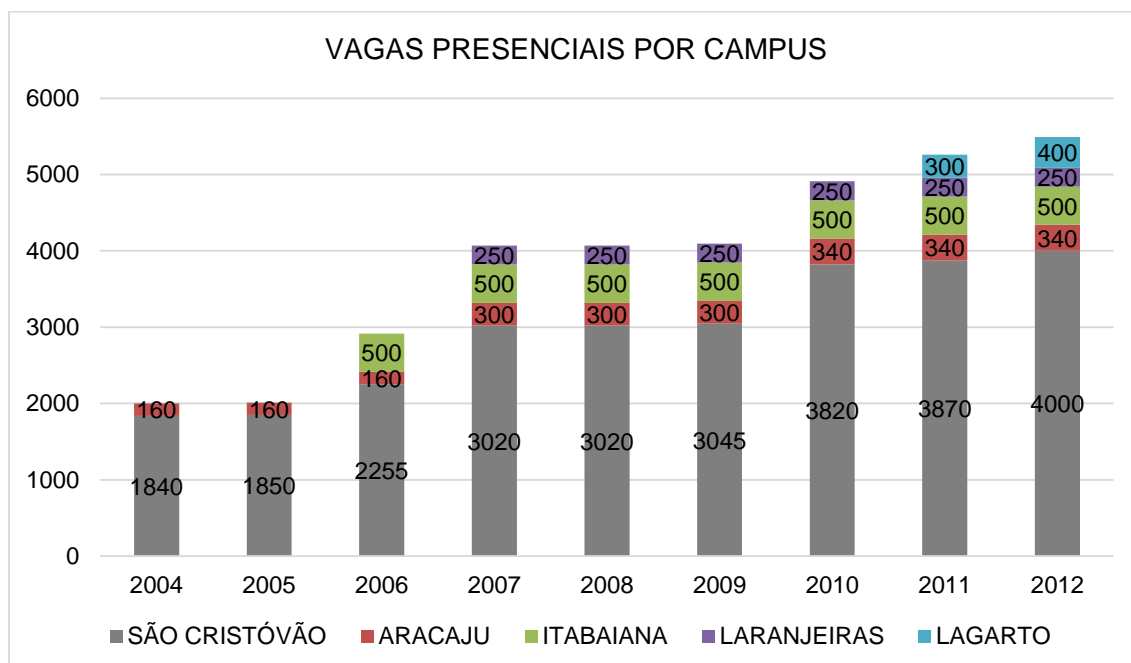
Fonte: Relatório de Gestão 2004-2012 UFS (UFS, 2012)

Nota: com adaptações do autor

O gráfico a seguir apresenta o número de vagas ofertadas em cada campus. Destaque para o Campus São Cristóvão que tem um quantitativo maior e um crescimento das vagas ofertadas em todos os anos do período apresentado. Não podemos deixar de observar, que o mesmo não ocorre nos outros campus

s. Deve ser levado em conta que os demais campus estão em processo de adequação e construção de suas instalações.

Gráfico 6 – Número vagas presenciais na UFS por campus – UFS – 2004/2012



Fonte: Relatório de Gestão 2004-2012 UFS (UFS, 2012)

Nota: com adaptações do autor

Para atender ao crescimento das matrículas e a oferta de novos cursos, foi necessário, como já previsto, um aumento do contingente de professores na Universidade. Assim, o número de professores efetivos passou de 461 docentes em 2004 para 1.136 professores no ano 2012, com autorização para contratação de outros 265 professores. Além do aumento no número de professores, a UFS adotou como política de recursos humanos a busca pela excelência na composição do seu quadro docente, o que foi plenamente alcançado. Em 2004, apenas 35,7% dos professores do quadro efetivo possuíam o título de Doutor. No ano de 2012, esse percentual atinge a marca de 64%, elevando assim o nível de qualificação dos docentes da Instituição (representado pelo Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD).

Por fim, fica evidente o crescimento e influência que o REUNI deteve sobre a Universidade Federal de Sergipe, seja por meio de suas novas instalações, a interiorização do crescimento proporcionada ou até mesmo o reparo da estrutura. Por meio disso, foi possível o intenso aumento do número

de vagas e a participação da UFS como promotora do desenvolvimento educacional da Região fica cada vez mais nítida e fortalecida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como tema central o Programa de Apoio ao Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Públicas Federais - REUNI tendo como foco principal e questão norteadora a implantação e desenvolvimento do programa na Universidade Federal de Sergipe no período entre 2007 e 2012 e através desta pesquisa analisar os resultados e avanços que foram obtidos na UFS após o programa.

O REUNI, programa do Governo Federal que teve como principal objetivo criar melhores condições humanas e materiais para as Universidades Federais foi instituído no ano de 2007 através de decreto.

O programa nasceu com a proposta de subsidiar as universidades públicas federais, de forma a fazer com que essas instituições pudessem alavancar benefícios que vão desde o aumento do número de vagas até o suporte tecnológico, atendendo a população usuária de forma eficiente.

O programa foi estruturado em bases e metas que vão desde a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, elevação gradual da relação aluno/professor para 18 (dezoito) alunos para 01 (um) professor, até o aumento mínimo de 20% das matrículas de graduação pública, o prazo de atuação do programa foi de cinco anos de duração de 2007 até 2012.

De início, fizemos um aporte histórico da trajetória do neoliberalismo por meio do qual podemos observar suas influências para as políticas sociais e principalmente no que diz respeito às políticas voltadas para a educação, uma vez que, foi a partir dessas observações acerca das políticas neoliberais que ficou nítida a necessidade dos governos se voltarem para as questões sociais, ao passo que o neoliberalismo prega justamente o contrário, ou seja, políticas capitalistas que distanciava cada vez mais a classe trabalhadora do acesso aos bens e serviços necessários para uma sobrevivência digna.

Ficou evidenciado que, foi a partir do início da década de 1970 que o neoliberalismo desencadeou seus preceitos, os quais começaram a se espalhar pelos países de forma globalizada. Munidas de manobras e de critérios

específicos, as ideias neoliberais tinham em sua essência tornar o Estado cada vez mais distante de intervir na economia e passando a ser apenas regulador das atividades relacionadas com o setor econômico, ou seja, a base da economia sustentada na iniciativa privada.

A onda neoliberal, que acometeu diversos países trouxe, para cada um deles, diferentes resultados sendo os mais significativos: a contração de emissão de moeda; elevação da taxa de juros; redução dos impostos sobre os rendimentos altos; fim do controle sobre os fluxos financeiros; imposição de uma legislação anti-sindical, ou seja, benefícios apenas para a classe rica.

Para o Brasil, no que se refere às políticas educacionais, notamos que o neoliberalismo influenciou de forma expressiva, principalmente na década de 1990, a qual houve considerável expansão do ensino superior no país, sobretudo no setor privado, lançando as universidades públicas a uma crise financeira sem precedentes.

Organismos internacionais especializados em desenvolvimento de países em ascensão como o Banco Mundial e o FMI traziam como ideia central básica, reformas educacionais através da qual a educação do Brasil deveria se tornar além de diversificada mais flexível, com o objetivo principal de aumentar a competitividade e reduzir os custos. Mas, na verdade, esses preceitos vinham cobertos pelo manto neoliberal com a intenção maior de tornar o ensino em mercadoria.

As reformas do aparelho do estado ocorrida na década de 1990 trouxeram primeiramente a mudança na gestão que passou de burocrática para gerencial, e a nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 está agora, baseada no princípio do direito universal de educação para todos.

Os dados históricos mostram que o ensino público superior no Brasil já inicia de forma atrasada, enquanto que nos demais países da América Latina, colonizados pelos espanhóis, esse nível de ensino chega a meados do século XVI, no Brasil os primeiros sinais de ensino superior foram desencadeados no século XX, deixando evidente o desinteresse de Portugal em difundir na sua colônia esse nível de ensino.

Em suma, no que concerne ao REUNI, ficou claro que encontros internacionais como o Processo de Bolonha influenciaram na construção ideológica do Programa, por mais que estes estejam datados em tempos

diversos. Através das características de integração e competitividade baseadas sob uma ótica norte-americana de desenvolvimento educacional nascia ali uma nova forma de encarar a educação, mais padronizada, no entanto minando a autonomia das universidades num processo que não levava em conta as características essenciais de cada instituição como povo, cultura e perfil da classe discente.

Como a maioria dos programas, sejam eles governamentais ou privados, o REUNI foi estruturado através de objetivos, metas e diretrizes, as quais receberam considerações neste trabalho, mas especificamente às metas do REUNI vinculadas tão-somente à Universidade Federal de Sergipe.

Como relatado no Capítulo 4, o Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI possuiu como principais metas a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial para 90%, a elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 01 professor; e o aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação no prazo de cinco anos, a partir de 2007. Logo, essas metas foram direcionadas à UFS também por meio da Resolução Nº 21/2009/CONEPE.

Além disso, ficou claro que as políticas educacionais que envolviam o REUNI na UFS não se tratavam tão somente da injeção de recursos financeiros por si só, mas sim, com estes, uma vez injetados fosse possível para a Universidade um crescimento constante, gradual e estruturante sob os ideais maiores de permanência e ampliação do acesso.

Consigna-se, também, que a UFS já pleiteava há bastante tempo pela chegada de recursos que subsidiassem as melhorias tão buscadas, e o REUNI chega oportunamente.

Importante concluir que a atual estrutura física da UFS, com todos os Campus construídos é reflexo da junção de forças do REUNI e o próprio programa de Extensão elaborado pela UFS, que através dele, foram investidos entre os anos 2004 e 2012 mais de R\$ 190.000.000,00.

É importante destacar também que toda essa reestruturação física sofrida pela UFS contou também com grande volume de recursos advindos do Tesouro e de parceiras com outras instituições como a Petrobras, o Banco do Brasil e o Tribunal de Justiça de Sergipe.

Os investimentos de quase R\$ 60 milhões, somente de recursos do REUNI, foram necessários para execução de um programa de obras que se instalou na UFS, além da criação física dos campi do interior.

Pode-se, dizer que, as metas para o REUNI foram cumpridas com excelência, uma vez que a UFS saltou de 2.915 vagas ofertadas para 64 cursos em 2007, para 5.260 vagas ofertas em 102 cursos e habilitações ainda em 2011.

Outras ações, que podem ser consideradas como positivas foram às relacionadas à evasão, que consistiam na criação de períodos especiais como os de verão e interno, os quais tiveram grande aceitação.

A interiorização da universidade teve um papel decisivo no crescimento da própria instituição e das regiões escolhidas para instalação dos novos Campi.

No que compete aos resultados trazidos pela expansão, seja por meio dos vínculos com outras instituições, seja através de recursos advindos do tesouro ou mesmo do REUNI, notam-se nítidas transformações na Universidade Federal de Sergipe, principalmente no que compete à reestruturação física: o número de salas de aula dobrou e o de laboratórios cresceu cerca de 50%. O acervo bibliográfico das bibliotecas foi ampliado e modernizado. Em 2012, as bibliotecas da UFS contavam com mais de 209 mil livros convencionais periódicos à disposição da comunidade acadêmica.

Entre 2006 e 2012 foram criadas 57 novas opções de cursos em todos os *campi* da Universidade, quase que duplicando as opções já existentes. A meta de ampliar o número de vagas foi plenamente alcançada. O crescimento entre 2004 e 2012 foi da ordem de 174%, o que representa mais de 2,5 vezes o número de vagas encontradas em 2004.

Enfim, apesar das dificuldades enfrentadas, a UFS conseguiu atingir as metas estabelecidas na Proposta do REUNI, e este pode ser considerado um elemento positivo no processo de expansão da Universidade Federal de Sergipe e ter o seu papel de promotora pública do desenvolvimento econômico e educacional do estado cada vez mais forte e estruturante.

REFERÊNCIAS

SITE SUA Pesquisa ><http://www.suapesquisa.com/> Pesquisando entre 12/04/2015 a 28/11/2015

ASMANN, Hugo. *Metáforas novas para reencantar a educação. : epistemologia e didática*. Piracicaba: Editora Unimep, 2001.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Org) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.9-38.

ARANTES, A. Neoliberalismo e liberdade do capital. *Revista Princípios*, São Paulo, 1999. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/principios/anteriores.asp>>. Acesso em: 22 dezembro de 2015.

ALVELOS, José Manuel Pinto. **Inovação, Financiamento e Aprendizado: o caso da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2010.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARANHA, M.L.de A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Relatório de acompanhamento do Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (Reuni)**. Brasília, jan. 2010.

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: lãs lecciones derivadas de la experiencia (El desarrollo en la práctica)*. Washington, D. C.: BIRD/Banco Mundial, 1995.

BRASIL. Constituição Federal. Câmara dos Deputdos: Brasília, 1988.

Disponível

em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>Acesso em 25 abril 2015.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Disponível em:<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 13 abril de 2015.

_____. Plano Nacional de Educação. Câmara dos Deputados: Brasília, 2001. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm> Acesso em 15 de janeiro de 2015.

_____. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007a. **Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.** Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em: 12 de mar. de 2015.

_____. Decreto-Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007b. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 12 de mar. De 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996a. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: Acesso em: 17 mar. 2010.

_____. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, 1996b.

_____. Ministério da Educação. **Censo da educação superior.** Disponível em: . Acesso em: 01 mar. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Brasília, 2007c.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI 2008 – Relatório de Primeiro Ano.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2069&Itemid> . Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Educação superior brasileira: 1991 – 2004.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação.** Razões, Princípios e Programas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

_____. República Federativa do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988:** (emendas constitucionais ns. 1 a 48 devidamente incorporadas). 3 ed. Ver. e ampl. Barueri, São Paulo: Manole, 2006.

_____. **A universidade temporã:** o ensino superior da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Lei nº 8.248. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. Brasília, 1981

_____. Lei nº 8.661. Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária e dá outras providências. Revogada. Brasília, 1983.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington. 2. Ed. São Paulo: PEDEX, 1994.

BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. **A educação técnico-profissional:** Fundamentos, perspectivas e prospectivas. Brasília : SENETE, 1991.

BECKER, Gary. Recurso natural não faz um país rico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29/10/95.

BEHRENS M.A. Tecnologia interativa a serviço da aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. In: **Integração das tecnologias na educação/** Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005. Páginas: 75-77.

BELLO, José Luiz de Paiva. Avaliação da Universidade: mais um equívoco da política educacional do MEC Pedagogia em Foco. Disponível em< <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/filos07.htm>> Acesso em 14 de abril de 2015.

CACHAPUZ, António Francisco. **A construção do Espaço Europeu de Ensino Superior:** um “case study” da globalização. In: PEREIRA, Elizabeth Monteiro de Aguiar; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Org.). Universidade contemporânea: políticas do processo de Bolonha. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009. p. 13-26.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Revista Mundo Jovem, Porto Alegre, p.15, out, 1995.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; ARAÚJO, Rhoberta Santana. Política de expansão das universidades federais via contrato de gestão- uma análise da implantação do REUNI na Universidade do Pará. Belém: EDUFPA, 2008, p. 63-74.

CREMONESE, D. Neoliberalismo: o capitalismo globalizado. /RS, 2001. Disponível em: < <http://ipd.unijui.tche.br/ipdcidadania/artigo5.html> >. Acesso em: 23 out. 2004.

CASTRO, M. L. O. de. A educação na Constituição de 1988 e a LDB– Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. Brasília: André Quicé, 1998.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Avaliação da CNTE ao Plano de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em <http://www.cnte.org.br/images/pdf/pde_avaliacao_cnte.pdf> Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar**: a mudança na escola. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As grandes Tendências de Mudança. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, nº 1, p. 69-87, ago. 1992.

COUTINHO, Luciano(coord.); FERRAZ, João Carlos (coord.). **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Campinas: UNICAMP/Papirus, 1994.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Política de gestão e financiamento da expansão das universidades federais via precarização do trabalho docente. In: CHAVES, Vera L. Jacob; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Educação Superior no Brasil e diversidade regional. Belém: EDUFPA, 2008, p. 67-88.

CUNHA, M.I. Inovações: conceitos e práticas. In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M.E.L.M. **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas: Papirus, 2001, p.125-136.

CUNHA, M. I. (et al). Inovações pedagógicas na formação inicial de professores. In:FERNANDES, C.M.B (Org). **Educação superior**: travessias e atravessamentos. Canoas: Ed ULBRA, 2001. Páginas: 33-90.

CUNHA, Luiz Antonio.Ensino superior e a universidade no Brasil. In: VEIGA, Cynthia Greive (orgs). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p.151-204.

_____. A Universidade Temporã: O ensino superior da colônia à era de Vargas.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DAVOK, Delsi Fries. Qualidade em educação. Avaliação (Campinas), v. 12, n. 3, p. 505-513, set. 2007.

DECLARAÇÃO MUNDIAL sobre o ensino superior no século XXI. *Visão e Ação*, Brasília: Imprensa, v. 8, n. 17, p. 83-89, 1998.

DORNBUSCH, Rudiger. Uma nova era de ouro do capitalismo? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jun. 1996.

DRUCKER, Peter F. As mudanças na economia mundial. **Revista Paz e Terra**, São Paulo, vol I, nº 3, dez - 1992.

_____. **Sociedade pós-capitalista**, São Paulo : Pioneira, 1993.

ENRICONE, D. A dimensão pedagógica da prática docente futura. In: ENRICONE, D. (Org). **A docência na educação: sete olhares**. Porto Alegre: Evangraf, 2006. Páginas: 9-28.

ERNST, Dieter. O novo ambiente competitivo e o sistema internacional de tecnologia – desafio para os países de industrialização tardia. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.) **A nova ordem internacional e a terceira revolução industrial**. Rio de Janeiro : José Olympio Edit, 1992.

FONSECA, Marília. **A educação brasileira sob o manto ideológico e financeiro do Banco Mundial**. IN: Multilateralismo e Reações Sul-Americanas. MARTINS, Mônica Dias; GALLI, Rosemary (orgs). Fortaleza: EDUECE, 2011. p 227 a 338.

_____. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. *Revista da Faculdade da Educação*. São Paulo, v. 24. n. 1, jan./jun. 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 70-90

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Ed.) *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 77-108.

FARIA, E.T. Mediação e interação no ensino superior. In: ENRICONE, D. (Org). **A docência na educação: sete olhares**. Porto Alegre: Evangraf, 2006. Páginas: 73-84.

FERRETI, C.J A inovação na perspectiva pedagógica In: GARCIA, W.E. **Inovação educacional no Brasil**. Problemas e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1995, p.61-90.

GIDDENS, A. **A Terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Recorde, 2001.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HILSDORF, M.L.S. **História da Educação Brasileira**: leituras São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HAUSSMANN, Sérgio. **Megatendências e os Principais Desafios dos anos 90 para o setor de P&D**. In: Ciclo Modular do PROTAP. Módulo I - Sessão: Clima e Cultura Organizacional.(XVIII.:1992: São Paulo) São Paulo, USP/FEA/IA, 1992.

HERNÁNDEZ, F. et al. **Aprendendo com as Inovações nas escolas**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 7.ed São Paulo, Atlas, 2010.

LESSA, S. História e Ontologia: a questão do trabalho. Revista Crítica Marxista, nº 20, 2005.

LESBAUPIN, I. et al. Como entender a conjuntura atual . Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

LEITE, D. B. **Reformas universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo, Editora 3, 1996.

LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica 2003.p. 153.
HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve séculoXX. São Paulo: Companhia da Letra, 1995.

LIMA, L. **Modernização, racionalização e otimização**: perspectivas neotayloristas na organização e administração da educação. In: LIMA, L; AFONSO, A. Reformas da educação pública: democratização, modernização, neoliberalismo.Porto: Afrontamento, 2002.

MARCOVITCH, Jacques. Tecnologia e Competitividade. In: **Ciclo Modular do PROTAP. Módulo II - Sessão C&T e a Geopolítica Mundial**. (XVI.:1990 :São Paulo) São Paulo : USP/FEA/IA, 1990.

MILLER, E. Alguns exemplos de inovações pedagógicas bem-sucedidas nos países das Antilhas, membros do Commonwealth. In: DELORS, J. **Educação para o século XXI**: Questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005. Páginas: 104-119.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em: http://www.e-biografias.net/peter_drucker/ .21 de julho de 2015.

MASETTO, M.T. **Competência pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MASETTO, M. **Inovação na Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista14/espaco2.pdf>>. Acesso em: 3 de abril 2015.

MELO, Aísha Kederrrah Dantas; SANTANA, Tatiana Menezes. O Reuni e suas Implicações na Universidade Federal de Sergipe/2010. Disponível em: http://www.educonufs.com.br/ivcoloquio/cdcoloquio/eixo_13/e13-02.pdf. Acesso em: 03 de dezembro de 2014.

MOTA, R. O papel da inovação na sociedade e na educação. In: COLOMBO, S.S. (Org). **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011. Página: 81-96

MARIANI, J. Édio: A Trajetória de Implantação do Neoliberalismo/Revista Urutágua, nov.2007. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/business/03-12-2008/25476-implantacaoneoliberalismo>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2015.

NASCIMENTO, Edna Maria F. dos Santos et al. LDB, Ensino Superior e Construção da Cidadania. São Paulo: Editora Plêiade, 2000.

NEGRÃO, J. J. Para conhecer o Neoliberalismo. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

NOGUEIRA, Patrícia Simone. REUNI – UM PROGRAMA DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: o caso da UFMT. Cuiabá, 2012. Dissertação de Mestrado. 178 p.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. Florestan Fernandes / Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora: Massangana, 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de. Educação Superior: o público e o privado na produção do trabalho e da vida acadêmica. IN: o público e o privado na educação. PERONI, Vera; Adrião, Theresa (orgs.) pags 57 a 80.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil: (1930 / 1973)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SABBI, Alcides Pedro. O que é FMI “Coleção Primeiros Passos” (1ª edição, 1991), São Paulo editora: Brasiliense.

SAVIANI, D. et.al. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

PERONI, V. M. V. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V; BAZZO, V. L; PEGORARO, L. Dilemas da Educação Brasileira em tempos de Globalização Neoliberal: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PAPADOPOULOS, G; S. Aprender para o século XXI. In: DELORS, J. **Educação para o século XXI**: Questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RATTNER, Henrique. Política Tecnológica. **Revista da FIPE**, São Paulo, p. 4-5, nov, 1987.

SANTOS, B. de S. A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Verlane Aragão. A firma-rede e as novas configurações do trabalho nas telecomunicações brasileiras. Aracaju: UFS, 2008.

SINPRO – Sindicato dos professores e professoras de Guarulhos. Entrevista: Dermeval Saviani. In: Expressão Sindical. Jan./ago. 2007. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/saviani_analisa_pde.htm> Acesso em 28/09/2008.

SANCHO, J. M. De tecnologias da informação e comunicação a recursos educativos. In: SANCHO, HERNÁNDES & COLS. **Tecnologias para transformar a educação**. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2006. Páginas: 15-41.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as Ciências**. 11ª edição, Porto: Afrontamento, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. **A Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. São Paulo : Abril Cultural, 1982.

SILVA JR., João dos Reis, SGUISSARDI, Valdemar. Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do estado e mudanças na produção. 2ª ed. rev. Bragança Paulista, SP: Cortez, 2001.

SOUZA NETO, José Adeodato de. Organização e Dinâmica da Relação Governo-Sector Produtivo para Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, In: **Estudos analíticos do setor de ciência e tecnologia no Brasil**. Brasília: CNPq, 1992.

SOARES, Wagner Barreto. Uma análise do Processo de Expansão do Ensino Superior no Brasil: Impactos em Sergipe(1995-2005) 2009.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1996.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. *Póiesis Pedagógica* – v.8, N.2 ago/dez. 2010; P.4-17. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035>. Acesso em 28/11/2014.

SANTANA, Miriam Ilza, Infoescola. Disponível em <<http://www.infoescola.com/>>. Disponível em 20 de jun. de 2015.

TRINDADE, Héglio. As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América latina. In: GENTILI, Pablo (Org), et al. *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-44.

THURLER, M.G. **Inovar no interior da escola**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

UNESCO. Tendências da educação superior para o século XXI. In: Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 5 a 9 de outubro de 1998, Paris. *Anais*, Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

Universidade Federal de Sergipe. Relatório de gestão/UFS/2004-2012. Disponível em http://oficiais.ufs.br/sites/default/files/21/relatorio_ufs_web2.pdf. Acesso em 03 de Dezembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Universidade Nova: Reestruturação da Arquitetura Curricular na Universidade Federal da Bahia. Minuta de Anteprojeto. Disponível em: Acesso em: 13 dez. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Site da Instituição. Disponível em <<http://www.ufs.br/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **Desenvolvimento, tecnologia e governabilidade**, São Paulo : Nobel, 1994.

VIOTTI, Eduardo Baumgartz (coord.). Tecnologia, Inovação e Competitividade no Brasil. In: **Dimensão econômica das inovações tecnológicas**. Brasília: Ed. SEBRAE, 1993. p.36-46.

WOOD, E. A Origem do Capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WALLERSTEIN, I. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

ZILLI, S. do R. **A robótica educacional no ensino fundamental: perspectivas e práticas**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) –

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.